



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**MASCULINIDADE E DISCIPLINA NA HISTÓRIA ORAL DA FEB**

**BRIZIDA GODOY MACHADO**

Porto Alegre

2020

**BRIZIDA GODOY MACHADO**

**MASCULINIDADE E DISCIPLINA NA HISTÓRIA ORAL DA FEB**

Trabalho de conclusão de curso  
submetido como requisito parcial para a  
obtenção do grau de bacharela em  
História

Orientadora:

Dr.<sup>a</sup> Carla Simone Rodeghero

Porto Alegre

2020

## RESUMO

O presente trabalho aborda a construção da masculinidade por meio de narrativas de ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Os relatos de soldados e oficiais que servem de fonte para a pesquisa fazem parte da coleção História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial (HOESGM). São utilizadas reflexões de Albuquerque Jr. sobre masculinidade e de Piero Leirner sobre hierarquia militar. Os capítulos tratam dos temas do voluntariado, da relação entre medo e coragem e da hierarquia e disciplina.

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial; masculinidade; hierarquia, História Oral.

## AGRADECIMENTOS

Ao término do meu curso de bacharelado em História, agradeço aos familiares, amigos e colegas do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Assim como, aos meus filhos; Anderson e Priscilla, pelo apoio logístico que me deram durante o período da pandemia, pois pude escrever a minha monografia com um pouco mais de tranquilidade. Entre os professores, dedico toda minha gratidão à professora Dr.<sup>a</sup> Carla Simone Rodeghero, minha orientadora, pelo passo-a- passo: *como sou grata a ti, Dr.<sup>a</sup> Carla!*

Agradeço também aos demais professores que participam da banca: Dr. Vanderlei Machado – cuja leitura dos trabalhos me pôs em contato com autores que tratavam sobre masculinidade – e ao doutorando em História Kelvin Emmanuel Pereira da Silva que colaborou, inclusive, com o acesso aos livros da biblioteca do Exército. Para finalizar, agradeço também, a minha revisora de texto e colega, do Instituto de Letras; Tiele Kowarlevski. Da mesma forma, faço mais agradecimentos a minha filha Priscilla pela leitura da versão final. Muito obrigada a todos e a todas que de uma forma ou de outra, estiveram comigo nessa caminhada.

## SUMÁRIO

|                                      |    |
|--------------------------------------|----|
| 1 INTRODUÇÃO.....                    | 5  |
| 2 VOLUNTARIADO E MASCULINIDADE ..... | 16 |
| 3 CORAGEM E MASCULINIDADE .....      | 29 |
| 4 HIERARQUIA E PODER.....            | 35 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....         | 46 |
| 6 FONTES .....                       | 49 |
| Referências .....                    | 51 |

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de pesquisa é uma análise de narrativas de ex-combatentes da FEB, que fazem parte do projeto História Oral do Exército; a análise se dará por meio da problemática da masculinidade. Antes do envio de forças militares brasileiras para atuarem junto aos Aliados, houve a criação da Força Expedicionária Brasileira (FEB), nome dado à nova força militar brasileira. Nesse momento, houve recrutamentos em todo o Brasil para tal finalidade e os recrutas ficaram conhecidos como “pracinhas”. Algumas experiências de soldados e oficiais que participaram da FEB foram recolhidas pelo projeto História Oral do Exército. Tais relatos, objetos desta pesquisa, correspondem a entrevistas e documentos/fontes que foram produzidos pelo Exército Brasileiro em oito tomos da “História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial (HOESGM)” e estão compilados em formato de livro, publicados no ano de 2001. As informações sobre a criação do projeto constam na apresentação dos tomos.

Esse projeto contemplou alguns soldados e oficiais dos seguintes estados: Rio de Janeiro e Minas Gerais, Ceará, Distrito Federal e Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul. É pela presença deste último estado na lista, que realizo, a partir deste ponto, um relato em primeira pessoa. Na graduação fiz o estágio do bacharelado em pesquisa histórica (2018/1) no Museu Militar, do Comando Militar do Sul<sup>1</sup>. Após a inserção no espaço da biblioteca do Museu Militar, durante o período do estágio, entrei em contato com o projeto. Realizei uma pesquisa nos relatos das entrevistas dos ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira (FEB), em busca de assuntos relacionados com: música, alimentação, medo e religiosidade, para uso posterior do Museu. Tal pesquisa serviu de grande inspiração para este trabalho. Sendo assim, comecei a elaborar a monografia a partir da disciplina de metodologia, por meio do pré-projeto. Porém, cabe salientar que as perguntas que me inquietavam no pré-projeto e que fazem parte deste trabalho final de conclusão do bacharelado em História, foram se concretizando somente a partir da orientação da professora Carla Simone Rodeghero.

---

<sup>1</sup> MMCMS – Museu Militar do Comando Militar do Sul. Rua, dos Andradas, 630 – Centro Histórico Porto Alegre-RS.

Após a leitura dos tomos foi preciso fazer escolhas; com isso, optamos por trabalhar com três tomos, os de número 2, 3 e 7 respectivamente. As narrativas apresentadas nesses tomos foram aproximadas para selecionar trechos que estivessem alinhados com voluntariado e masculinidade, coragem e medo, hierarquia e poder. Desse modo, as escolhas iam sendo anotadas e retificadas, por diferentes motivos; seja porque eram feitas com repetições sobre as ações dos momentos de ataques decisivos, como Monte Castelo e Montese, ou porque falavam sobre os embarques e desembarques, ou, ainda, porque descreviam as agruras do rigoroso inverno na Itália. Narrativas que, possivelmente, surgiam de uma necessidade dos depoentes de externar estes momentos difíceis vivenciados por eles. Desta seleção para análise nos respectivos tomos, os entrevistados em sua maioria eram soldados, cabos, sargentos e tenentes que integraram a Força Expedicionária Brasileira. E, de acordo com o que foi narrado, alguns tinham sido convocados, outros tinham se voluntariado. Nas situações de perigo com enfrentamento do inimigo, poucos relatos mencionavam a palavra “medo”. Em contrapartida, a palavra “coragem” era bastante evidenciada, para dar destaque aos companheiros, assim como a palavra “moral” no sentido de moral alta. Com base na discussão sobre masculinidades, a pesquisa quer responder as seguintes perguntas:

- 1 – Como se deu o voluntariado desses homens? Quais motivos os levaram para a guerra? Como o gênero masculino foi representado?
- 2 – Como apareceram as palavras “medo” e “coragem”? Haveria uma tentativa de camuflar certos sentimentos?
- 3 – Hierarquia e poder andam juntos? Como essas relações apareceram nos relatos dos entrevistados?

O objetivo da pesquisa é conhecer as experiências narradas pelos membros da FEB (soldados ou oficiais) e analisar se elas revelam determinadas construções sobre masculinidade e sobre um modelo hegemônico, ou seja, socialmente aceito, de masculinidade. A pesquisa procura entender a partir da atuação dos soldados e oficiais entrevistados questões como coragem, medo, virilidade e masculinidade no âmbito da guerra.

Utilizo, para orientar teoricamente esta pesquisa, o conceito de masculinidade e de masculinidade hegemônica, que será explicado abaixo,

iniciando com o verbete “Masculino/Masculinidade”, escrito por Durval Muniz de Albuquerque Jr. (2015, p. 489-495), no Dicionário crítico de Gênero.

O autor inicia o texto trazendo uma observação sobre os seres humanos e os seres vivos que em sua maioria são dotados de órgãos reprodutivos; diz que são esses órgãos que fazem com que a espécie biológica se reproduza. E que normalmente os humanos nascem dotados de um dos dois órgãos, chamados de genitais ou sexuais, o que favorece a reprodução da espécie. Para Albuquerque Jr. (2015), ao poder observar os seus genitais, os humanos transferem para a sua linguagem cultural e social essas diferenças sexuais. Exemplifica ao se referir a trabalho de antropólogos em grupos humanos, que utilizam essas diferenças de seus corpos e dos genitais, para conseguir hierarquizar agrupamentos humanos. O autor traz destaque para a filósofa feminista Judith Butler. Para ela, houve uma implantação do sexo nos corpos humanos e, para as sociedades, essa implantação ficou instituída como uma linguagem que dá sentido e significações culturais que orientam as observações dos corpos.

De acordo com Albuquerque Jr. (2015), as sociedades humanas, com a observação dos seus corpos, acabaram materializando papéis na cultura e na ordem social; também por essas diferenças serem nucleares na própria reprodução biológica e social de cada agrupamento humano, elas passaram a reproduzir diferenças culturais, simbólicas e estéticas. Logo, a sociedade passa a transmitir essas significações para as novas gerações. Contudo, o autor destaca que; “ao retransmitir a própria ordem social, poderá haver uma desordem nos corpos ou nas organizações físicas e simbólicas” na qual passa a agir a “própria desordem ou caos social” (ALBUQUERQUE JR., 2015, p. 491).

Para Albuquerque Jr. (2015), os humanos ao praticar a cópula estarão sujeitos a “hierarquias, tabus e leis que simbolizam o que nomeou de pênis e vagina ou de qualquer outra parte do corpo envolvida no que seria o ato sexual” (ALBUQUERQUE JR., 2015, p. 491). Isso leva a modelos de comportamentos e atitudes físicas e simbólicas para os seres femininos, por terem capacidade de parir novos seres. Para os seres definidos como masculinos, foi destacada uma diferenciação corporal e muscular, com pelos em partes do corpo, como o rosto, e foram caracterizadas diferenças dos tons de voz. Embora participem da



fecundação de outros humanos, os homens não têm capacidade de parir e amamentar, o que torna a maternidade um diferencial na ordem social e cultural. Dessa forma, com o uso do simbólico, pode-se marcar significados distintos para diferenciá-los, o feminino e o masculino, e, assim, preservar a ordem social.

Segundo Albuquerque Jr. (2015), nascemos e somos levados a aprendizado, estabelecido social e culturalmente do que se nomeou “sexos”, reproduzindo a chamada ordem social sexuada. Parte-se de várias pedagogias que estão presentes no nosso cotidiano, no trabalho e na família, esta última responsável por internalizar comportamentos, por meio de “performances corporais, gestuais, simbólicas a fazer rostos que são apresentados como normais, naturais, específicos, próprios de homens e de mulheres, de seres masculinos e femininos” (ALBUQUERQUE JR., 2015, p. 491). Trata-se de apenas duas possíveis identidades, que nomeiam e definem como masculinidade e feminilidade, para parecer natural. Ainda de acordo com Albuquerque Jr. aprendizados, subjetivações, incorporações de padrões, entre outros, produzem a noção de identidade de gênero. O autor ainda salienta o fato de que-feminilidade e masculinidade são noções aprendidas socialmente.

Para Albuquerque Jr. (2015), apesar de existir um modelo prevalente de masculinidade em todas as culturas e sociedades, não há como absorvê-lo por completo. Contudo, o autor menciona a existência de formas dissidentes de exercer a masculinidade, ainda que estas mantenham relações com as regras e aspectos do modelo dominante. O autor diz, ainda, que a virilidade tem significados diferentes e que os homens não nascem sabendo que são homens, tampouco o que significa ser homem e que esse processo é aprendido através de experiência e experimentações. O autor destaca que a masculinidade é dinâmica e marcada pelo tempo, por isso é histórica. Trata-se de uma manifestação cultural, construção social e simbólica.

Contudo, conforme Albuquerque Jr. (2015), o modelo prevalente de masculinidade compreende alguns dos seguintes aspectos no âmbito físico, psíquico e comportamental: força, energia, coragem, razão, competitividade, rudeza etc. “Traços que, no entanto, aparecem assumidos ou não pelos homens em sua vida concreta e cotidiana” (ALBUQUERQUE JR., 2015, p. 494). O autor

ainda considera que existe uma necessidade de aprovação mútua entre os homens, reafirmando um modelo ideal de masculinidade.

Finalmente, o autor assinala que como projeto individual e social, a masculinidade é excludente não somente com relação às mulheres, mas também às crianças e aos idosos. “Este o drama maior da masculinidade, após uma luta que se trava contra a criança e o feminino que pode haver em cada um, após finalmente conquistá-la às duras penas, volta-se a perdê-lo ao chegar à velhice” (ALBUQUERQUE, 2015, p. 495).

Ainda sobre o conceito de masculinidade, de acordo com a tese de doutorado de Machado (2007, p. 29), os pesquisadores têm apontado para a polissemia do termo “masculinidade”:

Abandona-se qualquer pretensão essencialista e passa-se a demonstrar que a masculinidade é uma construção social e que nos mais variados contextos históricos e culturais ela é percebida e vivenciada de forma diferenciada. Não há masculinidade no singular. Ou seja, os homens dos mais diversos e conflitantes grupos sociais têm suas próprias maneiras de ser, ver e portar-se no mundo.

Masculinidades, no plural, entra em relação com o anteriormente mencionado por Albuquerque Jr. sobre as formas dissidentes de masculinidade.

E, de acordo com Miguel Vale de Almeida (2000 *apud* MACHADO, 2007, p. 32), sobre masculinidade hegemônica, é necessário:

Buscar perceber os processos e relações sociais que, em determinado contexto histórico, constituem a masculinidade hegemônica, o modelo central que subordina as masculinidades alternativas (de pessoas e grupos), e que é o modelo da dominação masculina, intrinsecamente monogâmico, heterossexual e reprodutiva.

Na mesma linha, Emerson Flores Gracia (2018), em sua dissertação de mestrado, salienta que: “O conceito de masculinidade hegemônica é muito caro aos estudos de masculinidade, pois lida com a questão do modelo patriarcal dominante e sua relação com outras masculinidades subordinadas, bem como as diferentes feminilidades” (GRACIA, 2018, p. 22).

Também seguindo as ideias de Almeida (*apud* GRACIA, 2018) a dissertação apresenta o patriarcado como “uma ordem de gênero específica na qual a masculinidade hegemônica define a inferioridade do feminino e das

masculinidades subordinadas” (GRACIA, 2018, p. 22). Segundo Gracia (2018), Almeida entende masculinidade hegemônica como um modelo que não é atingido por nenhum homem, mas controla todos os homens e mulheres.

A partir das reflexões de Connell; Messerschmidt (2013), Gracia (2018, 23) diz que a masculinidade hegemônica “incorpora a forma mais honrada de ser homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens”. Connell; Messerschmidt (2013 *apud* GRACIA, 2018, p.23) ainda destacam que: “A hegemonia não significava violência, apesar de poder ser sustentada pela força; significava ascendência alcançada através da cultura, das instituições e da persuasão”. Gracia (2018) destaca que, para os autores supracitados, as seguintes características devem ser mantidas: “A característica fundamental do conceito continua a ser a combinação da pluralidade das masculinidades e a hierarquia entre masculinidades”. Além disso, “o conceito de masculinidade hegemônica presume subordinação de masculinidades não hegemônicas” (GRACIA, 2018, p. 23).

A instituição militar parte do aprendizado por persuasão e repetição; está dentro de uma hierarquia masculina, atrelada as suas escolas, quartéis que são um ambiente propício para se submeter a relações de força. O ambiente é determinado por homens, que hierarquicamente submetem outros homens, para obter a hegemonia da masculinidade. Essas relações se dão em pares, por suas graduações. Ou seja, desde os subalternos, como praças, vai se ampliando o leque de comando até os superiores; eles são hierarquicamente submetidos. Esse é o modelo ideal para um aprendizado que se dá parte por persuasão, parte por subordinação. O que torna a instituição hegemônica é justamente essa relação de poder de homens sobre homens.

Por que essa discussão sobre masculinidade é importante para a análise dos relatos da História Oral do Exército? Em primeiro lugar, por serem soldados-homens e terem sido educados dentro da matriz do patriarcado ocidental, como destaca Almeida e outros autores também citados na dissertação de Gracia (2018). Huggins; Fatouros; Zimbardo (2006 *apud* GRACIA, 2018, p. 25) falam sobre a masculinidade patriarcal ocidental: “O homem ‘de verdade’ que quer respeito de outro homem deve eliminar quaisquer sentimentos que possam

indicar fraqueza”. Em segundo lugar, para dar visibilidade a essa questão da masculinidade como construção. Aqui vale ressaltar a importância dos estudos de gênero e sexualidade, iniciados pela socióloga Raewyn Connell que, por meio destes, conceituou *masculinidade hegemônica*, os quais estão sendo utilizados por Miguel Vale de Almeida.

E, em terceiro lugar, para clarificar, a partir de uma pesquisa empírica com os membros da FEB, o funcionamento da masculinidade hegemônica. A discussão sobre masculinidade ajuda a entender por que, para os combatentes *no front* de uma guerra, não é possível haver sentimentos como medo e fraqueza. É porque, se isso acontecer, além de estarem sujeitos a morrer, eles perderão o respeito dos que estão no comando e dos seus companheiros de batalhas, assim como daqueles que esperam a chegada de um herói. As interações sociais baseadas no poder, na competição e no possível conflito, têm ganhadores e perdedores. Do mesmo modo, em uma guerra, ter respeito dos outros é essencial para demonstrar uma masculinidade bem-sucedida.

Considera-se a guerra uma tradição masculina, com ações concebidas e pensadas para cultivar a consagração do soldado-homem nas batalhas como símbolo, reforçando com isso a imagem do másculo. Segundo Bourdieu (2012, p. 18), “a força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção, a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la”.

Para Bourdieu (2012), o fato da sociedade (ou ordem social) ratificar a dominação masculina, sob os aspectos nos quais se alicerçam as divisões sociais do trabalho, com contribuição de cada um dos pares, o feminino e o masculino, faz com que haja uma divisão espacial entre homens e mulheres.

Porém, devo salientar que é dessa força da ordem masculina, a qual o autor destaca, que busco entendimento; pois acredito que, sim, existe uma dominação masculina, conforme afirma Welzen-Lang (2004 p. 123), de um homem sobre o outro. Esse mesmo autor aponta para o fato de que:

Por mais que seja um homem, um dominante, cada homem é por sua vez submetido às hierarquias masculinas. Todos os homens não têm o mesmo poder ou os mesmo privilégios. Alguns que qualifico de grandes-homens, têm privilégios que se exercem em detrimento das mulheres (como todos os homens), mas também em detrimento dos homens.

Trato, agora, da metodologia da História Oral e do projeto História Oral do Exército. A história oral é uma metodologia que consiste em analisar fontes históricas a partir do registro das entrevistas, tal como está sendo desenvolvido neste trabalho, por meio das narrativas dos ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira (FEB), que fazem parte do projeto de História Oral do Exército. Passo a tratar, agora, da metodologia da História Oral por meio do texto de Verena Alberti (2005): “A História Oral permite o registro de testemunhos e o acesso a ‘histórias dentro da História’ e, dessa forma, amplia as possibilidades de interpretação do passado”. Alberti (2005, p. 155) diz ainda que:

A História Oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador a fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimento os e conjunturas do passado e do presente.

A pesquisa está analisando as narrativas de ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira (FEB). E está sendo feita conforme o material em estudo, que são os tomos de números 2, 3 e 7. Dentro das fontes, venho identificando as narrativas que possam colaborar com os temas de interesse como: voluntariado e masculinidade, coragem e medo, assim como, hierarquia e poder. Conforme o tomo utilizado como fonte, são analisadas entrevistas que se relacionem entre si, e são retirados pequenos trechos para análise.

Por ser uma fonte histórica, a entrevista de História Oral, segundo Alberti (2005, p. 183) salienta que: “como toda fonte histórica, a entrevista de História Oral deve ser vista com ‘um documento monumento’, conforme definido pelo historiador francês Jacques Le Goff”. Alberti (2005, p. 183) diz ainda que:

Se concordarmos com Le Goff que o ‘dever principal’ do historiador é ‘a crítica do documento’ – qualquer que ele seja – como monumento’, o pesquisador que trabalha com entrevistas de História Oral como fontes deve ser capaz de ‘desmontá-las’, analisar as condições de sua produção, para utilizá-las com pleno conhecimento de causa.

Um dado interessante que a autora coloca é sobre equívocos que convém evitar. Alberti diz que:

Um deles consiste em considerar que o relato que resulta da entrevista de História Oral já é a própria 'História', levando à ilusão de se chegar à 'verdade do povo' graças ao levantamento do testemunho oral. Ou seja, a entrevista, em vez de fonte para o estudo do passado e do presente, torna-se a revelação do real". "[...] o equívoco está em considerar que a entrevista publicada já é 'História', e não apenas uma fonte que, como todas as fontes, necessitam de interpretação e análise. Em nome do próprio pluralismo, não se pode querer que uma única entrevista ou um grupo de entrevistas deem conta de forma definitiva e completa do que aconteceu no passado (ALBERTI, 2005, p. 158).

Passo a explicar o projeto História Oral do Exército por meio do artigo de Eduardo dos Santos Chaves (2013) que homenageia os "vitoriosos" de 31 de março de 1964. O artigo analisa as diferentes formas que as Forças Armadas têm de: "narrar sua trajetória, quase sempre atrelada aos grandes acontecimentos políticos e a seus personagens que acreditam mais representativos". Segundo o autor:

Diversos artigos, livros e coleções de livros foram publicados pelos órgãos ligados aos militares com o objetivo de levar ao público interno e externo a 'grandiosidade' das Forças Armadas do Brasil". "[...] No Exército não é diferente, vem de longa data a produção de textos sobre a própria história daquela arma. No século XX, duas organizações se empenharam na construção da memória institucional do Exército, congregando de forma sistemática sua história: o instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB), fundado em 1936; e a Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB), fundada em 1996". "[...] Em sua grande maioria, são textos produzidos por membros das Forças Armadas com propósitos claros de levar aos leitores uma narrativa 'verdadeira' e indiscutível acerca dos 'grandes feitos' do Exército, da Marinha e da Aeronáutica (CHAVES, 2013, p. 133-158).

O projeto de História Oral do Exército preferiu dar voz ao ex-combatente, somente com o testemunho oral, determinando a forma de entrevista como veremos a seguir, para fins de interesse da instituição; sem fazer uma análise da representatividade da FEB para a nação, como parte do Exército brasileiro.

Por meio dos contatos da pré-entrevista, visamos, ainda, a fazer chegar ao colaborador, com a devida antecedência, o questionário contendo as perguntas básicas, preestabelecidas, sobre o tema em pauta, para orientar a preparação da entrevista. Com o questionário, remetemos o modelo de *curriculum vitae* e a solicitação de sua possível observância, com o objetivo de padronizar nas seis Coordenadorias Regionais o 'Plano de Entrevista', no que concerne à apresentação dos colaboradores.

Tal providência avulta de importância por refletir essa homogeneização em todas as Coletâneas, independentes do local em que sejam preparadas. (MOTTA, Tomo 1, 2001, p. 12).

Ainda que o enunciado acima se refira à parte do projeto relativa ao golpe de 1964, podemos aproveitar a reflexão para tratar da parte da Segunda Guerra Mundial. Parece clara a intencionalidade do projeto de homogeneizar as falas dos ex-combatentes, como forma de universalizar as vivências de guerra de cada um. Segundo o coordenador geral do projeto, General Aricildes de Moraes Motta, o objetivo alcançado na pré-entrevista se deve ao fato de os entrevistados fazerem remessas de materiais junto do seu currículo. Isso facilita para o entrevistador a elaboração de novas questões para o entrevistado “sobre episódios por ele vividos dentro do tema em questão, enriquecendo a entrevista e os conhecimentos dela advindos”. Em outras palavras, são:

Documentos referentes à Segunda Guerra Mundial, que permitem a elaboração de perguntas adicionais em proveito da maior eficácia das entrevistas, citamos os relatórios de campanha de subunidades, como o da 1ª Bateria do IV Grupo – ‘Grupo Montese’, relatos de reminiscências de ex-combatentes, Diários de Guerra, Ordens de Operação, livros e artigos sobre a Força Expedicionária Brasileira (FEB) ou das Forças Armadas na defesa do nosso litoral (MOTTA, 2001, Tomo 1, p. 13).

Dessa forma, inicia o projeto História Oral do Exército, apresentado como um roteiro simplificado por meio de definições anteriores entre o entrevistado e o entrevistador. “O entrevistado faz um relato inicial sobre a sua participação no evento definidor do projeto (Segunda Guerra Mundial) e responde, após sua narrativa, a perguntas selecionadas do questionário, complementando, assim, sua exposição”. Antes das perguntas, como é salientado; “é de bom alvitre que o entrevistador dê a palavra ao colaborador para sua mensagem inicial, em que, normalmente, faz breves considerações sobre o projeto e a sua participação” (MOTTA, 2001, Tomo 1, p. 13).

Também é dito que a colaboração não deve ser aleatória e que se dá preferência para aqueles que conheçam a história do grupo e, com isso, tenham condições de fazer indicações para os novos colaboradores. Há destaque para como é feito o que é chamado de expansão da rede. “Em nossos projetos, o primeiro entrevistado (ponto zero) muito colaborou na expansão da rede”. Além disso, complementa que a:

Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira (ANVFEB), no Rio, fundamentalmente, e nas suas Seções Regionais exerceu papel relevante na extensão e na qualidade da Rede do Projeto de História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial (MOTTA, 2001, Tomo 1, p. 15).

Dessa forma, o projeto de História Oral do Exército deixa a desejar como história social dos ex-combatentes da FEB, porque padroniza a história de cada um. Assim, os ex-combatentes ficaram engessados nos acontecimentos bélicos e o que ficou foi a paridade como referência. Faz parecer que a guerra não foi tão árdua assim, além disso, o exército estava ao lado daqueles que pereciam no perigo.

O presente trabalho está dividido em três capítulos: o primeiro trata da relação entre voluntariado e masculinidade; o segundo estuda a questão da coragem e da masculinidade; o terceiro estuda hierarquia e poder.



## **2 VOLUNTARIADO E MASCULINIDADE**

Neste tópico, estarão reunidos casos de soldados brasileiros que foram para a Segunda Guerra Mundial como voluntários. Por meio das narrativas analisadas, buscaremos algumas relações entre o voluntariado e as expectativas sociais de cada um. Para um jovem, vir a ter desempenho como soldado combatente em uma guerra poderá adquirir um aspecto importante, dentro de uma sociedade patriarcal. Ou seja, está pleno em sua masculinidade e virilidade, além de ser um homem que adquiriu maioridade.

Entendo que um fator que contou para a ida dos soldados brasileiros para a Segunda Guerra Mundial com a Força Expedicionária Brasileira (FEB), para além das convocações, foi a falta de perspectiva resultante da baixa ou nenhuma escolaridade. Há indícios nas entrevistas analisadas de que, em decorrência disso, alguns jovens brasileiros tenham visualizado na guerra uma saída para atender suas demandas e, de certa forma, dos que estavam a exigir deles um posicionamento social. Por isso, teriam ido voluntariamente para a guerra. Uma das características de ser homem é ter que representar bem outros homens, ter que levar em conta o que se espera dele. E, em contrapartida, os que serão representados esperam hombridade, ou seja, o soldado voluntário teria que ser másculo e viril e ter retidão de caráter, dignidade, honradez, força e coragem.

Dessa forma, acredita-se que os soldados voluntários buscavam uma chance de serem reconhecidos por seus méritos como combatentes em uma guerra, na qual a causa passa a ser também deles. Cada um com a sua guerra interna; seja porque lhes faltou oportunidade de estudo ou até mesmo por não se sentirem socialmente importantes. Para uma parcela de soldados combatentes, as chances de voltarem vivos desta guerra eram reduzidas. Felizmente, para a grande maioria essa chance prevaleceu. Mas nem todos que participaram dessa guerra retornaram. Sabia-se que os mortos poderiam ser lembrados, embora não se soubesse como se daria o reconhecimento da pátria; poderia vir até mesmo em forma de lembrança.

Em Porto Alegre-RS, esta homenagem existe em forma de Monumento ao Expedicionário. O monumento homenageia os “pracinhas” da Força

Expedicionária Brasileira (FEB), que lutaram na Segunda Guerra Mundial. Está localizado no Largo General Yeddo J. Blauth, no Parque Farroupilha.<sup>2</sup>

De acordo com a notícia do Correio do Povo, do dia 16 de junho de 2017, a obra foi:

Projetada pelo arquiteto e escultor pelotense Antônio Caringi – venceu disputa em concurso público – o monumento fez do Rio Grande do Sul Estado pioneiro no Brasil nessa homenagem. A edificação, feita em granito e bronze, é ícone do reconhecimento público dos gaúchos aos soldados brasileiros (pracinhas) sobreviventes e mortos no conflito mundial, junto às forças aliadas lideradas pelos EUA, URSS e Reino Unido contra o nazifascismo na Europa.

Para melhor entendimento dessa questão social dos combatentes voluntários e provavelmente de uma grande maioria dos participantes que foram recrutados, é preciso recorrer às escritas da época: revistas, jornais e expressão de escritores ou militares que traziam informações bastante variadas a respeito desse assunto, acerca dos que estavam sendo recrutados para participarem da Segunda Guerra Mundial, pela Força Expedicionária Brasileira (FEB). Vejamos na dissertação de João Maria de Lima (2010, p. 53), onde ele cita McCann (2007), ao analisar o quadro de recrutas do Exército Brasileiro em 1942, durante a mobilização para a Segunda Guerra Mundial:

Os recrutas eram conscritos extraídos das classes trabalhadoras e, com frequência, analfabetos ou de baixo nível educacional. Mostravam pouca resistência às doenças e o moral parecia extraordinariamente dependente da liderança dos oficiais, que poderiam, com facilidade, leva-los à ação ou a indecisão. Os oficiais geralmente tratavam seus soldados como seres socialmente inferiores e eles mesmos pareciam motivados mais por interesses próprios que por senso de dever ou espírito de corpo.

A partir dessas leituras, passo a apresentar as entrevistas de soldados que se alistaram na FEB de forma voluntária.

Benedito Barros, natural da cidade de Lagoa Nova-PA, verificou praça em 1942, no 29.º Batalhão de Caçadores, sediado em Fortaleza. Integrou a Força Expedicionária Brasileira como soldado do 1.º pelotão / 3ª Companhia/ I Batalhão

---

<sup>2</sup> Monumento ao Expedicionário. Av. José Bonifácio, 245 – Parque Farroupilha, Porto Alegre-RS.

do 6.º RI. (MOTTA, 2001, p. 70). Benedito Barros começa sua entrevista dizendo que:

Era um jovem de 18 anos quando recebi, em Iguatu, onde morava, a visita de um oficial do Exército que veio convidar jovens para integrar, em Fortaleza, o 29.º Batalhão de Caçadores. Eu me entusiasmei com a perspectiva de conhecer novas áreas de atuação, pois trabalhava na agricultura para que pudesse aprender alguma coisa nova, para melhor amparar minha família e, paralelamente servir a pátria, apresentei-me voluntariamente ao Exército”.

É possível aproximar o que foi exposto acima por Benedito Barros com o que foi escrito por Lima (2010, p. 64) em sua dissertação de mestrado, sobre o tema do recrutamento. O autor descreve o documentário americano, *Fahrenheit-onze de setembro*, no qual os atores envolvidos são os jovens americanos e a forma utilizada no recrutamento para o Exército. Conforme o que é dito, “Os agenciadores de novos soldados buscam homens e mulheres interessados em ingressar no Exército nas cidades e localidades que concentram as populações mais carentes” (LIMA, 2010, p. 64).

Quando o entrevistado faz a colocação de que quer servir também à Pátria, podemos pensar em um compromisso de cidadão brasileiro que foi estabelecido a partir do Exército, mas também em uma estrutura do nacionalismo. Qual relação poderia ter uma instituição militar, com a formação brasileira da identidade nacional? A partir do enunciado do texto abaixo, entendo o Exército como um dos formadores pedagógicos de nacionalismo. Lima (2010, p. 21), na pesquisa sobre o Serviço Obrigatório no Brasil afirma que:

O Estado nacional moderno aparece como *locus* do culto ao patriotismo, tenta homogeneizar as diferenças que perpassam seu meio social. Na expressão de Zygmunt Bauman, ‘O nacionalismo foi um programa de engenharia social e o Estado nacional deveria ser sua fábrica. Desde o início o Estado nacional foi lançado no papel de jardineiro coletivo, empenhado na tarefa de cultivar sentimentos e habilidades improváveis de serem desenvolvidas de outra forma’.

Anne-Marie Thiesse (2001-2002, p. 8) fala do mesmo tema; embora esteja se referindo ao processo de transformação da Europa dos príncipes para a Europa das nações. As comparações são pertinentes, por ter sido a França um modelo para o Brasil em muitos aspectos.

O advento dos Estados Nações foi promovido por meio da elaboração de um sistema de identidades coletivas, inteiramente novo. Atualmente, a existência de identidades nacionais fortes é incontestável: mais ainda, estas identidades nacionais, que parecem irredutíveis e ancoradas nas profundezas da história, parecem constituir o maior obstáculo para a União do Continente. Entretanto, estas identidades nacionais não existiam em 1800. Sua criação foi uma das grandes obras europeias do século XIX, da qual participaram massivamente intelectuais, artistas e escritores.

A autora ainda destaca que:

A formação das identidades nacionais, além disso, não consiste unicamente na elaboração de novas referências coletivas: ela está acompanhada de um gigantesco trabalho pedagógico para que parcelas cada vez maiores da população as conheçam e nelas se reconheçam (THIESSE, 2001-2002, p. 8).

Lima (2010, p. 24) também entende que: “o Estado nacional, através de suas instituições (Escolas, Igrejas, Forças Armadas, entre outras entidades governamentais), cuida para que todos os seus cidadãos desenvolvam espírito patriota e mantenham-se disciplinados. Assim, formam-se cidadãos úteis aos interesses do grande *jardineiro coletivo*, o Estado-Nação”.

Ou seja, quando Benedito Barros se refere a servir a Pátria, isso significa que, para além do que possa ter externado, Benedito Barros teve um aprendizado dentro de estruturas, como família, igreja e, principalmente, a escola, onde aprendeu valores para com a pátria, por intermédio do ensino de “Moral e Cívica”, como forma de civismo e amor à Pátria como nação. Celso Castro (2012, p. 109) em estudo sobre a história do Exército Brasileiro, diz que:

Conhece-se pouco sobre o efeito a longo prazo da educação física, do serviço militar obrigatório e da educação moral e cívica sobre a sociedade. Durante várias décadas, essas iniciativas se fizeram sentir – ainda se fazem, em certa medida – na vida cotidiana de uma grande parcela de população jovem.

Em outro momento da entrevista, Benedito Barros diz: “Ainda em 1944, novamente apresentei-me voluntário, ao ser realizada a seleção, no 29.º Batalhão de Caçadores, para os jovens que quisessem integrar a Força Expedicionária Brasileira”.

Lima (2010, p. 28) aponta que: “no início do século XX uma campanha a favor do desenvolvimento do espírito patriótico e cívico do povo brasileiro e, como corolário, a consolidação do Estado Nacional, apresentou como solução para o problema a implantação do Serviço Militar Obrigatório no país”. O autor salienta que desde a primeira Constituição do Brasil, de 1824, já estava estabelecido que “todos os brasileiros são obrigados a pegar em armas, para sustentar a independência, e integridade do império, e defendê-lo dos seus inimigos externos, ou internos”.

Para o período em questão existiu o DECRETO-LEI N.º 1.187, DE 4 DE ABRIL DE 1939.

Decreto-Lei de número 1.187 de 4 de abril de 1939. Dispõe sobre o Serviço Militar. No Art.5.º estabelece que a obrigatoriedade do serviço militar em tempo de paz, tem duração de 25 anos para o Exército ou para a Marinha de Guerra e começa a partir do início do ano civil em que o indivíduo completa 21 anos de idade. E, § 3.º em caso de guerra externa, ou para manter a integridade nacional, todo brasileiro maior de 18 anos e até uma idade que o Governo fixará em consequência das circunstâncias da ocasião, poderá, ser chamado a prestar serviço em defesa da Pátria. (BRASIL, 1939)

O serviço militar obrigatório não significa carreira militar, mas sim, cumprir com a obrigação imposta para os brasileiros do sexo masculino. Quando Benedito era jovem e estava em idade para o alistamento militar, coincidiu a visita do oficial do Exército. Ele, então, visualizou a possibilidade de uma vida melhor, porque nessa época quem vivesse em Iguatu (CE) só poderia estar empregado no comércio relacionado à economia algodoeira. Conforme aponta Lima (2011), a mão de obra para a colheita era composta por mulheres, crianças, jovens e adultos. A partir das décadas de 1960 e 1970 houve alterações econômicas no município: “Hoje a cidade vive mais de serviços. Mas o que fez a cidade se desenvolver, foi o algodão e outras culturas agrícolas” (LIMA, 2011, p. 103). Esse poderia ser o caso do relato de Benedito Barros, que disse que trabalhava na agricultura. De acordo com o recenseamento do ano de 1950, Iguatu estava com 41.922 habitantes, sendo destes 20.605 homens e 21.317 mulheres” (UCHÔA, 1953/1954, p. 13).

Voltando ao tema dos relatos de soldados, sargentos e cabos que foram à guerra como voluntários, temos o caso de Antônio dos Santos Silva, natural de

Recife-PE, que foi convocado e incluído em maio de 1943, na 2.<sup>a</sup> Companhia de Infantaria de Guardas, naquela cidade. Movimentado para o Rio de Janeiro, em abril de 1944, foi incluído, sucessivamente, nos 2.<sup>o</sup> e 1.<sup>o</sup> RI – Regimento Sampaio, em reestruturação para integrar a Força Expedicionária Brasileira. No 1.<sup>o</sup> RI, pertenceu ao Pelotão de Sapadores-Mineiros da Companhia Comando do Batalhão Uzeda – I/1RI (MOTTA, 2001, p. 282). Antônio dos Santos Silva conta que:

Servia no 15<sup>o</sup> RI, em João Pessoa, para onde havia sido transferido após minha promoção, quando estava sendo recrutados soldados, cabos e sargentos para se incorporarem a FEB, no Rio de Janeiro. Viajei no navio Almirante Jaceguai; tinha sido voluntário, embora tivesse direito de recusa porque era filho único de mãe viúva. Quando fui incluído na FEB (na vaga de um que não foi), era cabo.

Para ele, na condição de homem e filho único de mãe viúva, é esperado que venha a ser um chefe de família em substituição ao pai. A recusa de ir para a guerra poderia ter sido feita; era um direito dele, conforme ele mesmo salientou. Embora ciente disso, ele se candidatou como voluntário. O que se espera de um filho homem, quando o pai vem a falecer? Que o filho único assuma a responsabilidade junto à família, principalmente com sua mãe. Isso é visto como uma obrigação antes de tudo, porém, ao abrir mão de sua responsabilidade em detrimento da pátria, deve ter havido uma intenção maior, talvez de ser reconhecido por cumprir um dever cívico. Ou, quem sabe, ele não tivesse as condições de dar conta do que se esperava dele, se permanecesse em casa. Ou, ainda, pelo fato de ser filho de mãe viúva quisesse promover uma ruptura com a mãe, indo para a guerra. Segundo Bourdieu (2012, p. 36), em algumas sociedades do mediterrâneo é possível observar, casos em que:

Em oposição aos que são chamados por vezes no *Cabília* de ‘filhos dos homens’, cuja educação compete a vários homens, os ‘filhos de viúva’ são vistos com suspeição de terem escapado ao trabalho de todos os instantes que é necessário para evitar que os meninos se tornem mulheres e de terem sido abandonados à ação feminilizante da própria mãe.

Ainda sobre ser filho de mãe viúva, talvez haja uma inquietação que a narrativa de Antônio dos Santos Silva não tenha externado e possa ser um caso semelhante a outras culturas. Sobre esse tema, um artigo feito por Fernandes;

Horodyski; Filippim (2013), para o observatório geográfico América Latina, traz amostras de entrevistas para reflexões a partir de uma experiência teórico-empírica. Selecionei trechos de uma delas, feita com imigrantes argelinos da região de *Cabília*, radicados na França.

Um exemplo claro, está nos aspectos relacionados à posição social do entrevistado perante a sociedade, que o vê como um 'filho da viúva', algo representativo em sua aldeia, que o faz ser rejeitado por ter sido criado por uma mulher..," "[...] o filho de uma viúva, só esquecem da mãe dele quando ele provou que é um homem; sem isso ele sempre será o filho da fulana.

O artigo ainda traz a explicação dada pelo entrevistador, Sayad (1998 p. 26), que diz que "a expressão 'filho de viúva' é tradicionalmente usada como uma injúria: um homem criado pelas mulheres e cuja masculinidade e honra são suspeitas".

Raimundo de Castro Sobrinho, natural da cidade de Itapipoca-CE, verificou praça em 1.º de novembro de 1941 no BC, Fortaleza-CE, como voluntário. Nesta unidade, ainda, fez o curso de Cabo. Como padioleiro de campanha, integrou a 7ª Companhia do III Batalhão do 11.º RI (MOTTA, 2001, p. 81).

Ao iniciar a entrevista, Raimundo lembrou-se de sua infância, de como ele se interessava por livros: "Eu, como criança e adolescente lia livros de história, especialmente de guerras como a da Tríplice Aliança. Este hábito me incentivou e passei a me interessar por tornar-me um soldado e, até ir para a guerra, como dizia minha mãe".

Raimundo diz que as suas leituras eram preferencialmente sobre guerras. Ao projetar por meio de livros a guerra do Paraguai e seu interesse pela Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai), estava traçando um caminho, que para uma criança ou adolescente não é o esperado. Como se dá esse processo de querer ir para a guerra?

Quando ele se referiu à sua mãe na entrevista, explicando o que ela dizia, ficou subentendido que esse fato marcou bastante suas lembranças. Talvez ela tivesse um temor a respeito disso, o que não seria um incentivo. Embora na família de Raimundo provavelmente o esperado era que ele se tornasse um militar, o que não se esperaria é que ele fosse para a guerra.

Em entrevista da Edição Especial do Jornal da Universidade, em agosto de 2006, o historiador Anderson Zalewski Vargas responde: “Por que os homens lutam”? Para o professor da UFRGS, é:

Porque o soberano manda ou porque o estado-nação determina, e faz parte das obrigações do súdito ou do cidadão lutar em defesa da comunidade, ou conquistar, em caso de necessidade. Então, continuamos a ter obrigação legal de ir à guerra e, portanto, de matar e, se for o caso, morrer.

Na entrevista de Raimundo, há uma referência à Tríplice Aliança, na Guerra do Paraguai (1864-1870); em palestra proferida no colóquio “Guerra do Paraguai: 130 anos depois”, Novais (*apud* MARQUES, 1995) fala sobre o tema do exército:

A Guerra do Paraguai exigiu a constituição de um exército. Na realidade, o Brasil não estava preparado para uma guerra, pois não dispunha de força armada moderna como o Paraguai tinha essa força armada constituída e moderna, tornou-se necessário que o Brasil montasse, pela primeira vez, um exército moderno. Exército que vai para o Paraguai e faz a Guerra.

A Guerra do Paraguai ficou considerada como um fator essencial para a história do Exército. Por isso, esse tema parece ser adequado para uma publicação patrocinada pelo próprio Exército, como essa coleção de História Oral que estamos analisando. Além do que, serviu de argumento para o fim da monarquia e modernização do exército, que só ocorreu no século XX.

Outro caso de voluntariado é o de Paulo Nunes da Silva, que nasceu em março de 1923, na cidade de Bagé-RS. Ele integrou a Força Expedicionária Brasileira, como voluntário, seguindo para a Itália no 2.º escalão de embarque em 22 de setembro de 1944 (MOTTA, 2001, p. 60). Paulo começa sua entrevista dizendo: “tenho 78 anos, sou natural de Bagé Rio Grande do Sul, terra de muitos generais e, inclusive, presidente”. Depois vai relatando desde sua chegada ao Rio de Janeiro com a família em 1941 e como se deu o seu ingresso no Exército, por meio das escolas preparatórias. Ele conta que:

No início da formação da Força Expedicionária Brasileira, eu servia no Batalhão-Escola de Infantaria, no Rio de Janeiro, onde era instrutor de ataque e defesa. Era jovem, possuía boa formação física e intelectual, mas pelo fato de ser instrutor, dificilmente iria para a Itália, onde a FEB já se encontrava como o primeiro escalão.



O que o levou a se candidatar como voluntário, segundo ele, foi o fato de ter tido muito contato com os futuros candidatos que iriam embarcar. Decidido, foi ao seu comandante e solicitou ser inscrito na lista dos participantes que embarcariam: “Comandante, por favor, escreva meu nome aí na lista, quero ir junto com esse pessoal que, de alguma maneira, preparei”. Em seguida Paulo conta que:

Dois ou três dias depois embarcava para a Itália. O embarque, a saída, e a passagem pela Baía da Guanabara durante a madrugada, foram cenas que ficaram gravadas em minha memória. Eu estava no tombadilho do General Meighs, acho que era esse o nome, um navio americano, para transporte de tropas, olhando o pessoal lá na praia, distante, jogando vôlei, ainda em movimento pequeno, me perguntei: ‘Paulo, o que tu está fazendo aqui? Tu vais para a guerra? Por quê? Ou para quê? Talvez até tenhas tua vida ceifada por lá!’! Então me disse: ‘Não, tu não vais porque eu falei com fulano – que era um primo – e ele me informou que o teu nome não está relacionado’.

Alguns indícios na fala dele levam a pensar que o jovem Paulo Nunes da Silva, por ser oficial do Exército, não tinha dificuldades financeiras, nem de escolaridade, muito menos de boas relações. Inclusive porque segundo ele, seu “pai tinha bons relacionamentos familiares com oficiais generais, parente nossos, e buscou informações”.

Os motivos explicitados por este entrevistado remetem ao desejo de acompanhar aqueles que foram treinados por ele, numa atitude quase paterna. A representatividade entre os homens vem da prática, ou seja, nas guerras, revoltas ou atos de resistências. Poderá existir uma espécie de paternalismo às vezes como forma de averiguar as atitudes de outros homens em suas representações. A forma de dominação de um sobre o outro passa pelo elo que os conecta.

O que poderiam vir a representar para o Paulo esses jovens treinados por ele? Talvez a continuação de potenciais formadores de homens com capacitação de enfrentamento de situações de violências, não só como guerras, mas também de contrariedades advindas de seu dia a dia, na vida civil desses praças. Um treinamento que requer uma disciplina e que posteriormente foi colocado em prática no front, e traz consigo a imagem do enfrentamento como valentia, o “matar ou morrer” acaba banalizando a brutalidade entre os homens.

Luc Capdevila falou sobre a relação entre masculinidade e guerras numa entrevista concedida à Joana Maria Pedro (2005), para a *Revista Estudos Feministas*. De acordo com o historiador francês:

Em particular, percebemos que a guerra é um dos espaços da transformação da identidade masculina. Podemos ver os homens, que no início eram heróis, transformaram-se em vítimas. A Primeira Guerra Mundial é justamente o espaço onde essas coisas aconteceram. Onde a guerra não é mais lugar de excelência do masculino, mas torna-se, ao contrário, um lugar de destruição do masculino e um lugar que traumatiza os homens e transforma, em consequência sua identidade.

Outro fato que pode ter colaborado bastante para a ida voluntária de Paulo à guerra é esta aproximação que seu pai tinha com os oficiais e generais. Conforme abriu sua entrevista, também tem a questão de ter nascido em Bagé-RS, citada por ele como a terra dos generais e presidentes. De fato, Emílio Garrastazu Médici (1905-1985) foi um general que nasceu em Bagé-RS e participou da Revolução de 1930 liderada por Getúlio Vargas e foi, também, presidente do Brasil entre 30 de outubro de 1969 e 15 de março de 1974, durante a ditadura civil e militar iniciada com o golpe de 1964. No Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro da FGV, encontra-se a saída de Emílio Garrastazu Médici da cidade natal, Bagé, para o colégio Militar em Porto Alegre. E também para a escola preparatória do Realengo no Rio de Janeiro, assim como sua participação na revolução de 1930, até chegar ao poder como presidente do Brasil.

Um último exemplo que as entrevistas trazem de soldados que se voluntariaram para participar da FEB é o de José Conrado de Souza, nascido em fevereiro de 1921, em Santo Augusto, então distrito de Palmeiras das Missões-RS. Foi designado para a FEB como 3.º Sargento, motorista do Depósito de Reacomodamento de Pessoal. Ao ser entrevistado, em 27 de abril de 2000, com 79 anos, fez a seguinte colocação: “inicialmente, quero dizer da minha imensa satisfação por esta oportunidade de falar sobre o que eu penso e aquilo que eu vivi, durante a Segunda Guerra Mundial na Itália” (MOTTA, 2001, p.142).

Depois disso, ele continua seu relato: “com 16 anos me apresentei ao Exército, nós não tínhamos mais condições de sobrevivência “. Ele também afirmou: “[...] percebi, então, que a única maneira de melhorar a vida era ir para

o Exército, onde eram aceitas todas as criaturas, todos os cidadãos que tinham algum objetivo na vida”. Jose Conrado de Souza contou: “Em 1937 me apresentei no 4.º Regimento de Cavalaria, em Santo Ângelo. Fui incorporado em 1938 aos 17 anos”. Após alguns anos, foi promovido a sargento. Continua o entrevistado: “Mais tarde vim para Porto Alegre e aqui fiquei no Serviço de Fundos durante dois anos. Voltei para Santo Ângelo, fui promovido a 3.º sargento e segui para a Escola de Motomecanização no Rio de Janeiro já com vistas à preparação para a guerra”. Além de contar sua trajetória desde 1937, o entrevistado caracterizou sua geração: “Eu sou de uma geração guerreira, que assistiu, desde o nascimento, a revolução de 1923, 1924, 1930, 1932; a intentona comunista de 1935; aquela escaramuça do integralismo de 1937, e a guerra na Itália” (MOTTA, 2001, p. 142).

Insistindo no mesmo tema, o entrevistado fez a seguinte análise:

Vários oficiais e sargentos se apresentaram voluntários para a guerra e eu estava entre eles. Como disse anteriormente, sou de uma geração de guerreiros. Praticamente convivemos pessoalmente com as confrontações armadas desde meninos. Quem morou no Rio Grande do Sul, assistiu a constantes, revoluções e choques armados. Eu comecei vivenciando isso desde muito pequeno. Em Cruz Alta, onde morei, assisti na Revolução de 1932, a passagem dos soldados para o Norte. (MOTTA, 2001, p. 142).

Essas datas, alusivas às revoluções citadas acima pelo entrevistado, faziam parte de um contexto político do Brasil na época. As que ocorreram no Rio Grande do Sul tinham o propósito de mudanças na forma de governo, e os embates políticos queriam a derrubada das autoridades, a fim de substituí-los. No Rio Grande do Sul, as guerras eram uma constante, havia muitas situações de revoltas internas por causas econômicas e políticas. Dentro desse contexto, a população civil era quem mais atuava, pegando em armas; assim nasciam os revolucionários: homens que não eram do exército, porém eram convocados para lutar, por sua experiência em revoltas locais.

Flores (2003, p. 168-169) sobre a Revolução de 1923, diz que:

Por causa da posse de Borges, a oposição se levantou em armar em 12.2.1923, tendo como chefe civil Assis Brasil e diversos chefes militares locais, que agiam por conta própria, sem combates decisivos, esperando a intervenção federal [...]. Artur

Bernardes não tinha força para enfrentar a Brigada Militar bem armada e fiel de Borges de Medeiros. A 7.11.1923, em Pedras Altas foi assinada a paz com a condição de Borges não concorrer mais à presidência do estado, indicando outro candidato.

Sobre a revolução de 1930, Sandra Jatahy Pesavento (1985, p. 102) faz uma contextualização da causa:

A Revolução de 30 é produto, por um lado, da falência do modelo agroexportador enquanto forma de acumulação de capital e, por outro, da reação das oligarquias periféricas que, associadas à insatisfação das camadas médias urbanas e ao exército, puseram em xeque a hegemonia do grupo cafeeiro.

Pesavento (1985, p. 108-109) ainda diz que a:

Classe dominante gaúcha na qual se achavam nomes como Assis Brasil, Borges de Medeiros e Batista Luzardo, apoiou as exigências de rápida constitucionalização do país feitas pelo grupo paulista, que fora derrubado do poder. Essa divergência teve como efeito cindir a oligarquia gaúcha, ficando uma ala contra o governo central e aliada a São Paulo, e outra, liderada pelo interventor Flores da Cunha, mantendo seu apoio à Vargas. A revolução Constitucionalista de 1932 findou com a vitória de Vargas sobre as forças de oposição gaúcha e paulista.

José Conrado de Souza, ao percorrer um caminho de revoluções citadas por ele, traz consigo um certo estufar de peito, como uma mistura de glórias e marcas profundas de lutas. No contexto político-cultural do Rio Grande do Sul, isso pode ser considerado como virilidade e padrão desejado de masculinidade. Sendo assim, temos aí um desses sentimentos que vai passando de homem para homem; fica como uma bandeira que é erguida nos tempos de paz, mas principalmente em épocas de guerras. Ser voluntário é um feito que só quem é homem com esse sentimento arraigado poderá fazer. O fato de ter nascido em 1921 faz com que ele faça uma analogia com os fatos históricos das revoluções do Rio Grande do Sul, mas isso não fez dele um participante das mesmas, e sim, um admirador daqueles homens que delas participaram. Ele deve ter tido contato com as histórias e memórias sobre essas guerras, contadas pelas pessoas mais velhas da sua localidade ou por meio de leitura.

Neste sentido, podemos retomar algumas das ideias de Albuquerque Jr. (2015, p. 492) associadas à noção de virilidade:

A virilidade, condição associada à masculinidade, significa coisas diferentes em diferentes épocas e para diferentes pessoas. Não nascemos sabendo que somos homens, nem o que significa ser um homem. O que se espera para que se mereça e se continue a merecer a designação de masculino, aprendemos em nosso processo de formação, através de nossas experiências e experimentações que nos permitem subjetivar esses balizamentos de nossas existências. Somos desde a infância constrangidos a internalizar normas implícitas e explícitas para podermos ser considerados seres humanos e, mais do que isso, e principalmente homens e mulheres. Sendo assim a masculinidade se aprende em e está sujeita e mediada por dados contextos sociais, que ao se transformarem também modificam os sentidos e as práticas identificadas como de masculinidade.

Foi o ato voluntário desses jovens que juntamente com outros, convocados, formou a Força Expedicionária Brasileira. Eles seguiram com o mesmo destino, o de combate. Esse combate se deu dentro dessa hierarquia masculina, estruturadas por homens que comandavam outros homens. Porém, o questionamento é sobre como é passada essa intencionalidade de virilidade e masculinidade “onipresente” nos homens, independente das guerras.

### 3 CORAGEM E MASCULINIDADE

Neste outro tópico, estarão reunidos casos de soldados e também de graduados que exerciam o comando de pelotões e que foram para a Segunda Guerra por voluntariado ou por convocação. A intencionalidade deste tópico é fazer algumas reflexões sobre a coragem e o medo. Para além do que é esperado do homem, ser corajoso, ter virilidade e ser másculo para ter representatividade perante outros homens. Ou seja, o homem frente a uma situação de perigo, reage com coragem e bravura; ao assumir-se corajoso o medo desaparece a partir de uma ação. Neste caso, o medo poderia estar entre o homem e a razão, e ser uma escaramuça para ele.

Voltamos a narrativa de Antônio dos Santos Silva, na qual ele conta que:

Antes de ser convocado para integrar a FEB, deu-se uma publicação na imprensa local, convidando jovens a se inscreverem na Companhia de Infantaria de Guardas, para fazer o Curso de Sargentos. Eu me apresentei, porque tinha vontade de ser militar (MOTTA, 2001, p. 282).

Desejar a convocação militar é algo recente na história brasileira. Se olharmos retrospectivas do Exército Brasileiro, talvez não fosse de interesse de uma grande maioria da população masculina querer fazer parte do Exército, antes da Primeira República (1889-1930). Quando, então, isso passou a ter uma valorização? Para o historiador José Murilo de Carvalho (2005, p. 15-23) isto ocorrera a partir das tentativas de fortalecimento do Exército Brasileiro durante o governo de Hermes da Fonseca, ainda na primeira década do século XX. À época, o então ministro Rio Branco passou a promover o treinamento dos chamados “jovens turcos” – jovens oficiais arregimentados no Exército alemão, considerado um dos melhores.

Ao terminar sua entrevista, Antônio dos Santos Silva faz uma reflexão sobre sua vida dizendo que:

Foi um tempo que se encaixou bem na minha vida. Para um jovem que foi levado a uma situação tão difícil e que conseguiu superar as dificuldades, restou assim a sensação de confiança e isso me permitiu, partindo de uma família em que era o único homem, conduzir minha vida com segurança e coragem.

O entrevistado finaliza fazendo um comentário, quase um trocadilho a respeito de coragem, dor e medo. Vejamos: “Coragem é uma coisa muito

simples, é parecido com a dor: se você conseguir dominar a dor, você não a sente. Se, numa dificuldade, você controlar o medo, é corajoso”.

É possível que cada homem ao ter que enfrentar o medo reaja de forma diferente um do outro. Porém pelo fato de serem homens com masculinidade e virilidade construídas socialmente com base no modelo hegemônico de masculinidade é de se esperar dos próprios a coragem. Do contrário, teriam que omitir os sentimentos até como forma de encorajamento aos outros, pois dentro do universo masculino é esperado que eles façam o enfrentamento do medo, como um ato de coragem.

Antônio de Andrade Poti foi comandante de Pelotão de Fuzileiros da 7ª Companhia do III Batalhão do 6.º Regimento de Infantaria da Força Expedicionária Brasileira. Entrevistado em 18 de setembro de 2000, ele começa contando que:

Iniciei a minha vida militar voluntariamente, em 1938, no 25º BC, Teresina-PI; lá realizei os cursos de 2º Cabo e 3º Sargento, após o que segui de Teresina para o Rio de Janeiro, onde cursei o CPOR e fui convocado para servir na Força Expedicionária Brasileira”. “[...] viajamos para a Itália, no 3º escalão, em 23 de novembro de 1944, no navio transporte General Meighs, com o efetivo de 4.691 homens, sob o comando do Cel. Mário Travassos (MOTTA, 2001, p. 60).

O entrevistado recordou de suas piores emoções, que segundo ele ocorreram por causa de uma correspondência recebida:

As piores emoções ocorreram na batalha de Montese, quando recebi uma carta de minha noiva e, na parte censurada, li a palavra morte. Lembro-me que chorei muito, pensando tratar-se de meu pai. O impacto do ferimento foi outra emoção indesejável, pois jamais aceitei ser ferido ou morrer (MOTTA, 2001, p. 63).

Outro entrevistado também traz relatos sobre comoções. Abdias de Souza nasceu em Fortaleza-CE, em 20 de março de 1921. Ingressou no Exército como praça, em sua cidade natal, tendo sido incorporado à 2ª Companhia do 23.º Batalhão de Caçadores (23.º), onde fez o serviço militar inicial e, a seguir, frequentou o Curso de Formação de Cabos, com aproveitamento. Participou da Força Expedicionária Brasileira como soldado da 1ª Companhia de Fuzileiros do 11.º Regimento de Infantaria (MOTTA, 2001, p. 187).

Enfrentei umas quatro situações de combate, mas a que me comoveu foi Montese. Eu sentia aquele arrepio, mas depois Deus me deu coragem. Mas relaxei mesmo em Montese. Fazia parte do pelotão comandado pelo Tenente Iporan Nunes de Oliveira. Nós éramos 44 homens. Ele nos deu Coragem e fomos para a frente. O combate começou no dia 14 de abril de 1945 às 15h30min. (MOTTA, 2001, p. 187).

A experiência vivenciada e descrita pelos dois entrevistados acima faz parte de um mesmo lugar: Montese. Entretanto, eles em nenhum momento descreveram as suas comoções como medo. O primeiro entrevistado, Antônio de Andrade Poti, dá a entender que estava com muito medo de que o pai estivesse morto; além disso, ele próprio tinha medo de morrer. Entretanto não usa a palavra medo, a substitui por “emoções”. As emoções sentidas por Antônio estavam atreladas a perdas, como ser ferido ou morrer. No caso do segundo entrevistado, Abdias de Souza, as comoções sentidas por ele e até mesmo os arrepios, foram superados por sua fé em Deus e pelo apoio do Tenente Iporam, que o deu coragem para seguir em frente. O que ficou subentendido dos dois relatos tem aproximação com o medo, ainda que nenhum tenha usado essa palavra.

Alguns homens dirão: nós homens já nascemos sem medo, e com coragem no sangue. Por que com o meu avô, foi assim, com o avô do avô dele também. São homens falquejados como madeira. Ao contrário do que parece ser para eles, não ter medo e ter coragem foi um comportamento introjetado, por repetições nas conversas de outros homens, como se fosse música. No entanto, para outros tem que ser dito de uma forma mais contundente, ou ainda, usar de incentivos por homens que iniciam homens. Para que como efeito de troca se tornem homens e se comportem como o esperado socialmente. Desse modo, o Tenente Iporam Nunes de Oliveira, citado acima, agiu como um desses iniciadores de homens, dando incentivos de coragem para ter em troca, virilidade e masculinidade; juntando os dois adjetivos masculinos, teremos homens dentro do padrão desejado.

Benedito Barros, que foi apresentado acima como um voluntário para a guerra, fala agora sobre medo e coragem:

Eu me sentia muito gratificado, apesar do medo: quando entrei em combate na madrugada do dia 5 de março de 1945 já estava



na base de partida para tomar Castelnuovo e havia um monte, ao lado, chamado Soprassasso, do qual os brasileiros sofriam tremendo e impiedoso castigo (MOTTA, 2001, 63).

No entanto, para Benedito Barros, o medo vinha acompanhado do “apesar”, isso poderia significar um seguir em frente. Ou, ainda, ser usado como coragem para não se ter medo.

Raimundo de Castro Sobrinho, natural da cidade de Itapipoca-CE, a esse respeito diz:

Não vou dizer que não tive medo. Quando começaram a cair as granadas de artilharia e o combatente é iniciante, ele fica meio nervoso e irrompe um pouquinho de “*paura*” (medo); isto não deixa de ocorrer, mas há homens em que o medo é maior; a minha “*paura*” era tolerável, dava para suportar; Deus me ajudou, até que no fim, saí são e salvo (MOTTA, 2001, p. 86).

Outro entrevistado é César Serau, paulista da Capital, nascido em 08 de junho de 1922. Foi à guerra, como soldado e, depois, foi promovido a cabo da Seção de Comando da 9ª Companhia do III Batalhão do 1.º Regimento Sampaio. Ele traz um relato sobre um soldado:

Havia um soldado na cozinha que não queria ir pra frente de jeito algum. Tinha medo, sempre fugia e se escondia na cozinha; aí o Capitão ordenou: - Serau, vai lá e traz ele na marra aqui para cima. Nem que seja morto, mas traz ele aqui. Fui buscar o homem e, quando estávamos subindo o morro, uns 4 ou 5km de descampado, a toda hora ele queria descer e dizia: – *Ah! Eu vou lá embaixo fazer uma necessidade, que eu estou com dor de barriga.* (MOTTA, 2001, p. 239)

Ou seja, só se pode admitir o medo quando ele está em outro homem e não em si mesmo.

João Francisco da Silva, natural de Sertãozinho-SP, tinha 80 anos de idade no momento da entrevista. Fez a guerra como soldado de Artilharia da Bateria de Serviço do Grupo de Obuses, Auto-rebocado, hoje 20.º Grupo de Artilharia de Campanha Leve, Grupo Bandeirante. O entrevistado descreve sua trajetória de um longo período desde seu início

Em junho de 1941 fui sorteado e servi no quartel do Grupo de Artilharia de Dorso, e Quitauína, onde permaneci até 1943, quando segui para Vitória, Espírito Santo. Ainda em 1943, voltei a São Paulo, passei por exames médicos e depois fui movimentado para Campinho-RJ, onde, durante mais um tempo,

assisti a instruções as mais variadas, inclusive como evitar as armadilhas lançadas pelos alemães, que as deixavam nos mais diversos objetos. Fomos orientados para não tocar, por exemplo em um quadro numa parede, tomar cuidado ao sentar no banco de um jipe inimigo, porque poderia haver minas ou outras armadilhas deixadas por eles (MOTTA, 2001, p. 260).

João Francisco descreve o momento em que se aproximaram da linha de frente. A palavra medo não aparece. O entrevistado prefere usar o verbo “balançar”:

Quando chegamos perto da linha de frente, o Comandante, ordenou que descêssemos. Dali, já dava para ouvir os tiros, as granadas de Artilharia passando por cima; nessa hora muita gente deu “uma balançada”. A turma toda desceu, era tiro de metralhadora, os canhões passando, nesse momento, realmente sentimos muito medo, mas depois acostumamos (MOTTA, 2001, p. 260).

Ele prossegue contando sobre a tarefa que cabia a ele fazer: “eu era municionador da Bateria de Serviços. Quando estavam preparados, já em ação, havia um sargento, um cabo e quatro soldados para descarregar a munição dos caminhões, aos quais levavam duzentos tiros”. Aqui ele destaca que:

Ficávamos sempre com muito medo; quando nos aproximávamos dos caminhões tínhamos que descarregar. Como as granadas de Artilharia são muito grandes, descíamos cada um com duas no ombro. Trabalhávamos muito rápido, para irmos embora logo. O processo era o mesmo de quem leva tijolos, ficava-se em fila e um jogava a granada para o outro e o último empilhava perto do canhão (MOTTA, 2001, p. 261).

Essa citação se destaca das demais, pois é a primeira em que o entrevistado usa a palavra “medo”, e ela é acompanhada de sempre e de muito.

Existe uma solidariedade que serve como forma de justificar as atitudes que não correspondem ao padrão do masculino. É o que traz a narrativa de um entrevistado, que foi também voluntário na guerra. Oswaldo Matuk é paulista da cidade de Jacareí, tem 76 anos de idade e participou da guerra como Sargento fuzileiro no 11.º RI, Regimento Tiradentes. Foi comandante de Grupo de Combate da 2ª Companhia do 11.º Regimento de Infantaria. Matuk recorda-se daquela véspera de Natal de 1944: “os alemães fizeram uma salva com canhões 88mm. Um sargento teve uma crise psíquica, ficou doido e acabou morrendo: Corria para a frente e para trás e eu gritava para ele voltar, mas como não se

abrigou, foi atingido. O coitado ficou doido, não foi covardia”. A narrativa dele prossegue, exemplificando atitude dele próprio. “A gente deveria sair em patrulha e a nevasca não estava permitindo; cheguei a dizer ao Tenente que não dava e ele ponderou com o Capitão pelo telefone”. Aqui não está estabelecida a covardia, já que segundo ele há diferença em ser covarde e ter medo, o que ele esclarece, dizendo:

Não foi covardia, foi segurança, preservação, porque covardia é uma coisa e medo é outra. Todos têm, ninguém pode dizer que não tem medo, é muito natural somos seres humanos. A gente vai em uma noite escura, não enxerga nada à sua frente, com um fuzil e baioneta armada, uma hora a gente espera ser espetado. Porque o inimigo pode vir também. Esse é o medo, o receio, que é natural. A reação é positiva: provoca um estado de alerta e agressividade. O bom combatente reage àquele medo, vence-o e cumpre sua missão, diferente de outras situações em que se expõe afoitamente à morte, comprometendo a si mesmo e ao grupo (MOTTA, 2001, p. 256).

A reunião desses relatos de homens traz explicações e definições para os seus sentimentos. Como se fosse uma necessidade de que soubéssemos que eles não sentiam o que sentiam. Em outras palavras, ser corajoso significa mostrar que um ou outro elemento foi superado; neste caso o medo. E, para aqueles relatos que o medo foi desvendado, faltou coragem para suprimi-lo ou escondê-lo, dentro do esperado, no que se refere aos discursos de masculinidade. Para Albuquerque Jr., (2015, p. 494), “todo tempo devem afirmar ser ‘o verdadeiro homem’, reproduzindo por meios de suas falas, de seus gestos e atitudes as verdades socialmente elaboradas, divulgadas e aceitas sobre o que é ter masculinidade, sobre o que é ser masculino”.

#### 4 HIERARQUIA E PODER

O objetivo do seguinte tópico é relacionar alguns relatos de oficiais que estavam no comando de determinados grupos, para enfrentamento do inimigo, no período em que a FEB atuou. Para tanto, serão apresentados trechos das entrevistas de ex-combatentes que tratem de como era feita a condução dos homens em combate e como era estar à frente desses comandos. Estas falas serão analisadas à luz das reflexões sobre hierarquia militar e sobre masculinidades.

Dentro da hierarquia militar do exército brasileiro, a formação é composta por superiores hierárquicos e subordinados diretos. São agrupamentos que os diferenciam por insígnias (divisas), que vão passando em ordem de comando. Iniciando pelos oficiais superiores, tem-se as ascensões correspondentes que são em ordem crescente: Major, Tenente-Coronel e Coronel. Na sequência teremos os oficiais gerais, mantendo a mesma ordem crescente General-de-Brigada, General-de-Divisão, General-do-Exército e Marechal. Existem nas divisões os oficiais subalternos que são compostos por: Aspirante-A-Oficial, segundo e primeiro Tenente, assim como o oficial Intermediário que é o Capitão. Os soldados, cabos, terceiro, segundo e primeiro Sargento, junto com o Subtenente, compõem o quadro inicial na instituição militar.

De acordo com Piero Leirner (2020) no livro “Mini-Manual da Hierarquia Militar: uma perspectiva antropológica”, a hierarquia militar mostra a separação entre militares e não-militares.

Ser um militar significa ocupar um lugar dentro desta hierarquia. Na maior parte dos exércitos, inclusive no nosso, ocupar um lugar na hierarquia significa também não se encontrar numa condição transitória significa que se está imerso numa rede de relações com regras próprias, sujeito a regras diferenciadas em relação aos “civis” (LEIRNER, 2020, p. 8).

Ou seja, ser um militar é estar dentro de um contexto de uma instituição que o torne um militar, exatamente porque as regras sociológicas diferenciam militares dos demais. Segundo Leirner (2020), todos os Exércitos têm que lidar com essa hierarquia por ser um princípio vital para os mesmos. De modo que

não podem quebrar este princípio, que acarretaria no fim da instituição, que tem como modelo o tipo militar.

Da mesma forma que há a distinção entre militares e os não militares, internamente, há a distinção entre os postos ocupados. Para Leirner (2020), a população não está informada como se constitui a hierarquia. A maior parte da população só tem a visualização da pirâmide hierárquica que de fato é posta a conhecimento da sociedade. Porém, as graduações que envolvem as patentes militares, tais como: Cabos, Sargentos, Tenentes, Coronéis, etc., não representam toda a hierarquia militar. Para além do que se sabe, o autor destaca que existe “uma complexidade que é composta de outros segmentos maiores ou menores” (LEIRNER, 2020, p. 9), o que acaba sedimentando uma base para o registro das formas de conduta; isso é, o registro de cada instituição, que vai se organizar conforme sua base nacional. Além disso, Leirner (2020, p. 49-50-51) atenta para o lado estrutural da instituição militar, para efeito de tempo de serviço e promoções – a questão da hierarquia – considerando novamente a pirâmide, que vai de soldados a generais. Existe a divisão de corpo de combate em praças (ou graduados) e oficiais. Sendo que para o entendimento dessa segmentação, os estatutos militares estabeleceram condições para um e para outro dentro do ingresso de carreira entre oficiais e não oficiais. O autor considera que:

De todas as segmentações (ou, mais apropriadamente, clivagens, donde, como os cristais, as divisões refletem as propriedades do todo) existentes na hierarquia militar, está é a que oferece maior ruptura entre os segmentos, embora as ideologias complementares da disciplina e da formação de corpo de combate perpassem esta divisão. Ela consiste provavelmente na única que instituiu um mecanismo formal de regras diferenciadas para os dois segmentos, especialmente as regras que estabelecem uma restrição na instituição do universo hierárquico, a partir das possibilidades de ascensão e mecanismo de acumulação de mérito e demérito na carreira.

Segundo o autor, não dá possibilidade para as praças “chegarem a uma situação de comando enquanto não oficiais, ao mesmo tempo que oficiais não podem ser rebaixados a condição de praça” (LEIRNER, 2020, p. 52). Embora se considere haver as diferenças que separam oficiais de praças, a mais importante para o autor é “às que distinguem uns dos outros como os que comandam e os que obedecem respectivamente”. O autor observa a diferença entre uma

preparação e outra e diz que: “O oficial é preparado, ao longo da carreira, para o exercício das funções de comando de chefia e de direção, enquanto ‘os graduados auxiliam ou complementam a atividade dos oficiais, quer no adestramento e no emprego de meios, quer nas instruções e na administração” (LEIRNER, 2020, p. 52).

O autor salienta que “isto não significa que temos uma situação com dois blocos homogêneos – comandantes e obedientes” (LEIRNER, 2020, p. 52). Ou seja, há distinções também no seio desses grupos e essas distinções aparecem nas memórias sobre a FEB, conforme veremos nas entrevistas com os ex-combatentes em narrativas, a partir dos tomos selecionados da coleção História Oral do Exército.

Oswaldo Matuk inicia sua narrativa esclarecendo que: “Eu era civil antes da declaração de guerra contra o Eixo, em agosto de 1942”. E continua o relato: “quando me apresentei voluntário para a guerra, meu pai não aprovou minha decisão. Ele acreditava que eu poderia cumprir com meu dever, caso fosse convocado”. Oswaldo Matuk conta que:

Já tinha feito Tiro de Guerra, justamente para não servir em corpo de tropa. “[...] Passando um tempo verifiquei que a tropa era muito diferente do Tiro de Guerra, porque este era uma beleza para servir, em comparação com a caserna. E, ao longo do tempo, apareceu um curso de emergência para cabo que frequentei. Passado mais um tempo fiz o de sargento”. “[...] O soldado não aceita bem esse sacrifício, as marchas e o combate simulado, que são cansativos e poeirentos, mas ao pisar no *front*, se convence de que tudo aquilo que aprendeu ainda foi pouco, que poderia ter aprendido até mais (MOTTA, 2001, p. 248).

Conta que era Sargento e reitera, dizendo que:

Minha graduação era a de Sargento: penso que a mais ingrata era a do Sargento Comandante do Grupo de Combate, porque ele permanecia na frente, responsável por um cabo e dez soldados. Sintetizando, duas responsabilidades: proteger seus comandados e zelar pelo cumprimento – eficiente da ordem que recebera”. “[...] O sargento responde por uma das funções mais ingratas. Além de cumprir ordens deve prover os meios para melhor proteger o seu pessoal (MOTTA, 2001, p.252-253).

Sobre o que foi relatado por Oswaldo Matuk, de como era a posição dele como Sargento Comandante de Combate da 2ª Companhia do 11.º RI, e de sua

responsabilidade para com o grupo que estava sob suas ordens, além da questão da hierarquia, explicada por Leirner (2020), deve-se considerar que ele estava comandando um grupo na linha de frente, ele pertencia a Infantaria, isso é próprio dessa Arma. Sobre a Infantaria, Castro (2003 p. 72), diz que ela “dispõe-se ao longo de todo o front, dividida em pequenos grupos. O infante é quem está no ‘centro do fogo’, quem tem um contato físico, direto, com as tropas adversárias, conquistando e mantendo posições “.

Embora o sargento Oswaldo Matuk tenha considerado como sendo ingrata a posição de sargento, ele no decorrer da narrativa vai reforçando a importância da hierarquia em suas colocações:

Naturalmente sabíamos que da ação do comandante dependia a conduta do soldado. Meus soldados sabiam que para meu desempenho ser eficaz, era necessário que atuassem bem. Isto valia para cima também, ou seja, em relação ao Tenente Comandante do Pelotão, que geralmente combate com a primeira linha. Eu tinha confiança no Tenente, assim como os soldados confiavam em mim (MOTTA, 2001, p. 253).

Oswaldo Matuk, dentro da hierarquia militar, é praça como os outros de seu grupo. Por ser sargento, ele tem uma graduação à frente do cabo e duas a frente dos soldados, mas é inferior aos oficiais. Como ele era um civil antes da guerra, talvez tenha sido difícil exercer uma função de comando. Para Cesar Campiani Maximiano em seu livro “Barbudos, sujos e fatigados: soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial” (2010, p. 50), “a maioria dos graduados profissionais não pôde ser aproveitada na FEB, surgindo a necessidade de promover rapidamente conscritos com instrução universitária ou secundária”. O autor acrescenta:

Os novos graduados foram bem aceitos pela tropa, pois, oriundos da vida civil, não estavam imbuídos dos vícios de tratamento de praças, comuns no pré-guerra. No entanto, esses homens não poderiam ser considerados instrutores profissionais, pois tinham o mesmo tempo de caserna que os demais soldados a quem estavam incumbidos de repassar uma série de conhecimentos, adquiridos não em anos de práticas nas manobras de campo, mas no rápido estudo dos manuais traduzidos em caráter de urgência, que pouco a pouco apareciam nas cargas das unidades expedicionárias (MAXIMIANO, 2010, p. 50).

Ou seja, esse autor reforça a diferença entre civis e militares e, ao mesmo tempo, destaca o papel intermediário dos graduados.

O que não fica claro, na narrativa de Oswaldo Matuk, em determinados momentos é a sua forma de relatar sobre o seu comando; ele tem uma forma bastante amistosa de se referir ao grupo com camaradagem e companheirismo. Nas narrativas, às vezes, as lembranças dele se sobrepõem a uma guerra. Como se numa situação de enfrentamento com inimigos e perigo não houvesse violência ou insubordinação. Foi uma das narrativas que teve vários trechos utilizados para comparação e chama a atenção, pela suavidade dos acontecimentos. Veja-se aqui o que ele diz:

Estavam certos de que o sargento estava ali lutando por eles, pensando por eles, e fazendo o máximo possível para protegê-los, sem deixar que sofressem situação de perigo. Criava-se o espírito de Corpo. Tanto o sargento como o Pelotão inteiro enquadrado dessa forma: de um por todos, todos por um e Deus por todos. O sargento precisava ser enérgico, exigir, a fim de cumprir a missão. Importante, portanto, garantir a confiança do soldado no sargento, do sargento no soldado e por sua vez, o Grupo em relação ao Pelotão. (MOTTA, 2001, p. 254).

A partir desse trecho é possível indagar a possível presença de uma romantização no relato dos ex-combatentes, quem sabe no intuito de assegurar uma construção narrativa condizente com os objetivos do projeto História Oral do Exército.

O Capitão Enéas de Sá Araújo é natural de Caçapava-SP; voltando da guerra, prosseguiu normalmente na carreira militar. Integrante da FEB, na época era 3.º sargento, foi comandante de Grupo de Combate da 5ª Companhia do 11.º Regimento de Infantaria. Inicia sua fala dizendo: “Sou Presidente da Associação Nacional dos Veteranos da FEB, seção de Caçapava, há 15 anos. Mesmo antes de assumir a função de Presidente, já era Vice-Presidente desde que fui transferido para a reserva, em 1965”. Continua seu relato, lembrando que: “ingressou no Exército, como voluntário, aos 17 anos de idade, em novembro de 1941. Em 1942, fui promovido a cabo e três meses depois a 3º sargento”. Ou seja, ele entrou para a oficialidade (se tornou capitão) depois da guerra.

Ele conta como se desenvolveram os detalhes que antecederam a saída da FEB para a guerra, desde o dia do embarque em 02 de julho de 1944, no Porto do Rio de Janeiro com a presença do Presidente Getúlio Vargas, até o



desembarque no Porto de Nápoles Itália. Portanto, ele embarcou como 3.º sargento junto a FEB. No 1.º Escalão de Embarque de 2 de julho de 1944 no navio *General Mann*, o General de brigada Euclides Zenóbio da Costa, Comandante da Infantaria, acompanhou o primeiro contingente e realizou treinamento por dois meses na Itália antes do primeiro combate, em 15 de setembro de 1944. O Capitão Enéas descreve o percurso feito pelo contingente ao desembarcar. Nas narrativas dele, aparecem fatos que marcaram a situação de guerra, uma delas se refere a questões de indisciplina de soldados. E diz que uma coisa que destoava no acampamento:

Foi o General Zenóbio ter mandado fazer um círculo de taquaras – ‘chiqueirão’ – para prender os soldados, porque, logo no primeiro dia, alguns trocavam de roupa, indo para outra cidade, sem autorização, e mais tarde já se via soldado brasileiro na Cidade de Bagnoli (MOTTA, 2001, p. 99).

O capitão Enéas de Sá Araújo exemplifica melhor o que era o círculo de taquaras, que ele identificava como o “chiqueirão”. Segundo ele, foi uma passagem até meio engraçada, que ocorreu com o Sargento Wilson Sirigato, um *amigo, de rancho*.

Um dia estávamos combinados de subir o morro para ir à cidade, entretanto caí de serviço como sargento do Dia. Era domingo e ele foi com outro companheiro; passaram o dia em Bagnoli, beberam vinho à vontade e, na volta ele se perdeu da turma. [...] De repente, aparece um jipe e ele levanta o dedo pedindo carona. O jipe para, era o General Zenóbio. Contou depois, que o General Zenóbio deu carona, mas parou na porta do ‘chiqueirão’ e ele ficou preso”. [...] A madrugada estava bem fria, apanhei um cobertor para ele passar a noite. Era só um castigo que não constava das alterações, um castigo porque saiu sem ordem (MOTTA, 2001, p. 99).

José Alfio Piason fez a guerra como 2.º Tenente de Infantaria, integrando o I/6.º RI. É natural de Campinas-SP, nasceu em 18 de fevereiro de 1917. Formou-se em medicina pela USP, graduando-se em 1940. Ele narra: “fui convocado para a FEB, em 1943. Levei um choque emocional muito grande e, no começo, não me conformei”. Porém, ele destaca:

Como médico, foi uma coisa muito importante, porque eu aprendia a psicologia do homem em perigo. Porque vi alguns que aqui no Brasil eram valentões e quando chegaram lá cometiam alguns atos de covardia. Um deles no Rio dava

bastante alteração, bebia, vivia preso, era o valentão, batia em todo mundo, se envolveu numa briga e esfaqueou um sujeito. Mas na guerra se acovardou. O comandante dele, o Capitão Aldenor, reuniu a Companhia e na frente de todo mundo disse: - Você vai ficar na cozinha seu covarde! (MOTTA, 2001, p. 175).

A valentia ou a covardia são construções para serem representadas, de acordo com a necessidade do momento. Quando o soldado em questão era dado como valente, poderia ser que naquele momento havia essa condição. Na guerra, deixou de existir, pelo menos para ele, e a melhor opção era não se expor. Porém, existem algumas regras a serem seguidas pelos homens, dentro da masculinidade hegemônica e o Capitão Aldenor era o encarregado de lembrar isso ao soldado-homem acovardado. Com a intenção clara de humilhar um subalterno, reuniu a Companhia, que no mínimo constava de 60 homens, para que todos os outros que estavam presentes, também entendesse o objetivo de exclamar a frase: “Você vai ficar na cozinha seu covarde”! A palavra que marca a ação é feminina. Ou seja, cozinha é lugar de mulher. De acordo com Albuquerque Jr. (2015, p. 493).

Como a masculinidade parece também ser pensada e definida mais a partir de uma comparação negativa e excludente em relação a feminilidade, sendo masculino aquilo que não é feminino ou que dele difere e dele se afasta, o fantasma de uma volta ou de um retorno ao/ do feminino, da descoberta de algum resquício de feminilidade parece atormentar cada homem, que normalmente observa e acusa no outro essa presença feminina.

Oudinot Willadino natural de Santa Maria-RS, no início de 1943, foi um dos voluntários selecionados para integrar a FEB. Foi incorporado ao 3.º Batalhão do 6.º RI, como soldado. Em uma passagem dos seus relatos, ele se refere da seguinte forma sobre o seu comandante, o Tenente-Coronel Archimínio Pereira.

O meu comandante era do Deposito de Pessoal, Coronel Archimínio, era doido ele atava os outros. Famoso e doido. Ele mandava estaquear o soldado muito alterado. Botava no toco e deixava no meio do arame farpado, ao relento. E para piorar os treinamentos eram terríveis. “[...] O treinamento era de manhã, de tarde e à noite, embaixo de arame farpado e catando mina”. “[...] em consequência todo mundo queria ir para o front, quer dizer, o voluntariado era fugir do Archimínio” (MOTTA, 2001, p. 44).

Retomando as citações feitas acima: o relato de Enéas de Sá Araújo, que fez a guerra como 3.º Sargento, narra sobre a exposição de soldados no “chiqueirão”. O de José Alfio Piason, que fez a guerra como 2.º tenente, narra sobre ser valentão e não representar, com a mesma valentia a guerra. E, portanto, ser exposto para todo o grupo como covarde. Oudinot Willadino, que fez a guerra como soldado, narra sobre como agia o Coronel Archimínio: “era doido ele atava os outros”. Dessa forma, os homens, sejam eles praças ou Aspirante-A-oficiais dentro da hierarquia do exército, agem e pensam de formas parecidas. O que aproxima esses três relatos, feitos por homens em posições diferentes na hierarquia, são as falas sobre os que estão no comando, como o General Zénobio, o Tenente-Coronel Archimínio e o Capitão Aldenor. Eles tratam com arrogância e prepotência os subalternos que não se alinham com o que é esperado deles dentro da masculinidade hegemônica.

De acordo com Albuquerque Jr. (2015) a masculinidade parece ser um atributo que um homem retira de outro homem. Em outras palavras, não bastaria ser homem, mas saber representar perante outros homens. O autor ainda diz que o modelo dominante de masculinidade deve ser preservado em termos coletivos no intuito de que aqueles que ocupem “o poder político e social não se esqueçam de que essas funções pretensamente estariam escritas nos seus genitais” (ALBUQUERQUE JR., 2015, p. 494).

A capitã Bertha Moraes Nerici, natural da cidade de Santana do Parnaíba-SP, participou da guerra, como 2.º Tenente-Enfermeira da Seção Hospitalar da FEB. Ela fala sobre de que forma as punições eram aplicadas ao soldado faltoso e diz que “alguns não se importavam em ficar presos no Depósito da FEB, cujo ‘xadrez’ era uma coisa horrível”. Ainda segundo a capitã:

Em todo o Exército há cadeias e como lá não existia nem uma tenda, nem nada para servir de ‘xadrez’, nas emergências e casos graves o Comandante mandava fazer um buraco, tipo poço, com uns dois metros de profundidade e o infeliz tinha que ficar lá em baixo. Não tendo como subir às vezes saía doente. (MOTTA, 2001, p. 201).

Ela ainda ressalta que:

Isso é uma coisa que gostaria de falar para os oficiais de hoje: nestes casos os homens eram muito maltratados mesmo. Uns

poucos militares tinham aquela mentalidade que vigorou no Exército antigo, como durante a Guerra da Tríplice Aliança, com aplicação do Regimento do Conde de Lippe. Isto é, castigar duramente o militar faltoso (MOTTA, 2001, p. 202).

Para a capitã Bertha, embora seja normal ter as prisões dentro das instituições militares, em situação da guerra eram feitos buracos para colocar os presos, em tratamentos desumanos. Essa coerção imposta pela hierarquia militar faz os subalternos se submeterem com certa resignação, conforme relato acima.

João Ferreira Albuquerque é paulista de Pirassununga. Foi convocado para a Força Expedicionária Brasileira, onde atuou como Chefe da Seção de Transmissão da Bateria Comando do III Grupo de Obuses. Ele diz: “ainda jovem fui promovido a 2º sargento”. Em sua narrativa, salienta:

Tínhamos instrução, não precisava nem ter curso superior, o colegial bastava, resistíamos, muito bem a pressão da guerra, pois o coitado que estava indo para lá sem saber porquê, veio da roça e não sabia nem ler, não entendia nada. Quando cheguei ao Grupo, o Capitão falou: Você é professor. Temos uns quatro ou cinco soldados que são analfabetos é bom que os alfabetize! E isso numa Artilharia, em que todo combatente tem que ter um certo conhecimento devido ao emprego da Arma, que é bastante técnica. Então o que o pessoal sofreu mesmo, do efeito da guerra não foi somente do combate, mas pela situação psicológica de alguém que não consegue reagir a isso (MOTTA, 2001, p. 156).

Segundo se observa no relato acima, uma parcela dos que foram selecionados para a Força Expedicionária Brasileira era composta por civis; alguns, com pouco ou nenhum estudo. Embora não seja uma situação determinante para a desobediência, o despreparo do soldado pode não ter estado à altura do que se espera de um militar. Nos relatos feitos pelo Capitão Enéas, fica entendido que estavam ainda se estabelecendo na localidade e que o uso do círculo de taquaras, o “chiqueirão”, segundo ele, “não constava nas alterações, um castigo porque saiu da ordem”. O que torna a situação constrangedora para um homem é a exposição. Talvez, não houvesse tempo hábil para assimilar a rígida disciplina militar. O historiador Francisco César Ferraz, no livro “Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial” (2005, p. 45-46) diz que:

A ideia inicial era selecionar expedicionários de apenas algumas unidades militares que já constassem com treinamento e equipamento de combate satisfatório, mas o Ministério da Guerra preferiu o recrutamento e seleção intensiva em todo o país. Entre os motivos para tal decisão estavam, por um lado, o receio de retirar a divisão de infantaria estacionada no Nordeste, equipada e treinada, deixando a região vulnerável a um ataque alemão ou mesmo a ocupação americana e, por outro, o baixo nível de alfabetização e adequação física das unidades militares brasileiras, em geral. Optou-se, portanto, pela criação de unidades expedicionárias compostas por homens selecionados em todo o território nacional, incluindo-se militares regulares, conscritos convocados e voluntários.

A BBC publicou um material sobre a Segunda Guerra Mundial, em homenagem aos 80 anos da BBC NEWS BRASIL, em março de 2018, com um resgate de vozes e sambas esquecidos dos soldados brasileiros na 2ª Guerra. Historiadores e especialistas que tiveram acesso ao material ouvido pela BBC Brasil foram enfáticos ao situar sua importância. Esse material foi analisado por historiadores, entre eles, Francisco Cesar Ferraz. Para ele, “as gravações ajudam a traçar um perfil mais nítido dos pracinhas”. Diz ainda que:

Nos anos 1940, o Brasil era muito diferente, tínhamos uma população pouco alfabetizada. Dados estatísticos indicam que apesar das restrições do Exército, 6% dos soldados eram analfabetos. Quando você vê essa gente simples que enfrentou temperaturas que nunca tinha enfrentado, nunca havia treinado para combater em montanhas – bem diferente a combater em terra plana -, vê que esses jovens pertencem ao coração do povo brasileiro, no sentido de sua extração.

O Sargento Ayrton Vianna Alves Guimarães, natural de Olinda-PE, foi para a Itália no posto de cabo, integrando a 2ª Companhia do 9.º Batalhão de Engenharia. Foi promovido a 3.º sargento durante a guerra.

O relato do Sargento Ayrton é bem descontraído, conta os primeiros momentos que começa com os preparativos para ir para a guerra. “Fui me apresentar ao Comandante do Batalhão e, por ordem dele, ao comandante da Companhia, o Capitão Raul da Cruz Junior”. Então, ele descreve o Capitão da seguinte forma: “Ele tinha mais ou menos uns 40 anos, esguio, de bota, uma ‘chibatuzinha’ batendo na bota, muito destemido, de cara trancada, eu me apresentei, dizendo que estava indo para a 2ª Companhia do 9º BE”. “– Você só pode ser um mau elemento, não é? – Como assim, Capitão? – Você transferido para ir à guerra, é porque não vale nada. Não presta, não é?”

O Sargento Ayrton segue narrando algumas observações dele:

Para a guerra foi, segundo eu vi, um punhado de civis apanhados em São Paulo, Rio Grande do Sul, Aquidauana e Rio de Janeiro. Aquele pessoal todo reunido entre estudantes, 'verdinhos', para formar a tropa da Força Expedicionária, especificamente do 9º Batalhão de Engenharia. Os graduados cabos, sargentos já tinham o treinamento militar normal, da vida de quartel (MOTTA, 2001, p. 268).

Contudo, a imposição de um castigo por faltas não abonadas leva para o lado austero da instituição militar, principalmente no poder dos superiores sobre os subalternos, ao expor o soldado em um círculo, colocá-lo em estacas ou, até mesmo, usar buracos como forma de prisão, como os relatado acima. A forma de punição imposta é também uma forma de dominação de um homem sobre o outro. O superior hierárquico mostra quem manda e quem obedece. Para que o subalterno entenda: o que muda é só o lugar, porém a hierarquia permanece a mesma. Para além de expor esses homens à humilhação perante todo um grupo, mesmo que possa ser entendido como forma de correção deste, havia a exposição da virilidade e masculinidade do homem como coerção. Ou seja, é tirado desse homem-soldado todo o elemento de hombridade; e o valor moral deste homem estará comprometido perante os companheiros. Essa violência de tratamento só é possível porque o soldado está amarrado hierarquicamente a um comando.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A monografia teve por objeto analisar a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), por meio da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e a construção da masculinidade nos relatos da coleção “História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial”.

A partir dos levantamentos feitos para a pesquisa, foram estudados alguns autores que tratam de masculinidade e masculinidade hegemônica. No meu entendimento, as masculinidades são construções socialmente impostas aos homens, o que leva a maioria a terem que seguir esses padrões estabelecidos. Como seres dominados que são, por outros homens, eles precisam corresponder a um padrão desejado de masculinidade. E, dessa forma, está instituído um modelo padrão sobre o masculino. Ou seja, para ser homem é preciso internalizar esse padrão de comportamento masculino, para depois externá-lo da mesma maneira. Contudo, para corresponder ao que é chamado de modelo hegemônico, é preciso adquirir disciplina, para com eles mesmos. Quer dizer, os homens estão sempre sendo coagidos a serem o que se espera deles. Da mesma forma que são dominados, passam a dominar; quase sempre o mais indisciplinado sofre a ação dominadora.

O projeto de História Oral do Exército, foi implementado a partir de 02/01/2000. Foi executado sob a responsabilidade de uma Coordenadoria Geral e conduzido por seis Coordenadorias Regionais localizadas no Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Recife, Fortaleza e Brasília. Este projeto recebeu a denominação “História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial” (HOESGM) e tem como base os relatos de ex-combatentes da FEB. As entrevistas estão espalhadas em oito tomos, além de uma introdução com as considerações metodológicas.

O interesse central da pesquisa estava em saber o que levou os ex-combatentes a serem voluntários na guerra e qual a representação do soldado-homem perante o padrão de masculinidade. Assim como, entender de que forma os soldados lidavam com os conflitos entre a coragem e o medo, com a disciplina e a relação de hierarquia e poder junto a seus comandos. A pesquisa procurou demonstrar que algumas causas sociais estão relacionadas ao interesse desses jovens em irem para a guerra, assim como a vontade de servir à pátria. Para

isso, foram analisados trechos das narrativas. Utilizando-se dos documentos/fontes produzidos pelo projeto de História Oral do Exército, foi possível fazer análise das entrevistas retirando trechos de interesses.

Para desenvolver os capítulos, inicialmente, foram realizadas identificações das falas de determinados grupos. Posterior a isso, foram selecionados trechos dessas mesmas falas, para compreender como o gênero masculino foi representado. Nos grupos selecionados havia soldados, cabos, sargentos e tenentes. Ao analisar as narrativas, buscava-se também os motivos que os levaram a serem voluntários, assim como perceber de que forma a masculinidade se sobressaía, ou ainda, como ser corajoso em situações difíceis de combate. Como eram todos jovens, em uma média de 21 anos de idade, destacam-se também as questões sociais. Pois, entrar para as forças armadas poderia ser uma das formas – e, às vezes, a única – de conseguir melhores perspectivas de vida para si e sua família. Ao comparar as entrevistas, é possível perceber que continham um padrão de narrativas que eram codificadas com base numa masculinidade hegemônica. Entre as narrativas, se evidenciava mais as palavras “coragem” e “moral”, no sentido de moral alta e de defender a pátria.

Para compor as análises sobre a coragem e a masculinidade, foram reunidas as narrativas de soldados e também de graduados que haviam comandado pelotões. Para suplantar os conflitos entre coragem e medo os combatentes realizaram escolhas, algumas que se evidenciam nas narrativas. Em alguns relatos eram usadas outras palavras em substituição à palavra “medo”. Essa relação com o medo se evidenciava, nas narrativas perante a imagem do soldado-homem másculo e viril. Para não sair do padrão desejado de masculinidade, era preferível falar em uma emoção muito forte e não em medo.

Para tratar sobre hierarquia e poder, além da análise das narrativas de oficiais, foi preciso entender um pouco sobre a hierarquia militar e o papel da disciplina. Nas narrativas sobre as formas de punição, com os soldados considerados faltosos, o que se evidenciava era a forma de dominação imposta de um sobre o outro. Contudo, as falas sobre situações de punições foram poucas, considerando a disposição que havia, em salientar o companheirismo e a camaradagem entre seus comandos. Mesmo assim, a relação que se impunha,



além da hierarquia e poder, era de reforço dos valores da masculinidade hegemônica dos comandados.

Considerando o TCC como um todo, acredito que houve um crescimento meu como aluna, ainda que fosse possível realizar mais análises das fontes orais. Contudo, essas fontes vão continuar sendo do meu interesse, porque elas foram escolhidas por se tratarem da metodologia da História Oral, com um tema relacionado à guerra e à participação dos brasileiros por meio da FEB. Porém, ao me deparar com uma grande responsabilidade em dar conta das análises propostas, certamente houveram limitações. Contudo, acredito que, em um momento posterior, vou retornar a pesquisa porque é de grande interesse meu, continuar investigando esses relatos. E poderá haver interesse de mais alguma pesquisadora ou pesquisador, que extrairá dessas fontes orais novas análises sobre a masculinidade. Porque as fontes, na medida que se necessita delas, estão prontas para serem analisadas. São como as fontes de água na natureza; estão sempre prontas a saciar a sede. Desde que haja sede, é claro.

## 6 FONTES

Entrevistas (Realizadas pelo Exército)

Abdias de Souza. História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial (HOESGM).

Tomo 2. Entrevistado em 22/09/2000.

Ayrton Vianna Alvez Guimarães. História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial (HOESGM). Tomo 2. Entrevistado em 3 de maio de 2001.

Antônio dos Santos Silva. História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial (HOESGM). Tomo 2. Entrevistado em 3 de maio de 2001.

Antônio de Andrade Poti. História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial (HOESGM). Tomo 2. Entrevistado em 3 de maio de 2000.

Bertha Moraes Nerici. História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial (HOESGM). Tomo 7. Entrevista em 7 de dezembro de 2000.

Benedito Barros. História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial (HOESGM). Tomo 2. Entrevista realizada em 29 de maio de 2000.

César Serau. História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial (HOESGM). Tomo 7. Entrevistado em 26/10/2000.

Enéas de Sá Araújo. História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial (HOESGM). Tomo 3. Entrevistado em 31 de maio de 2000.

João Francisco da Silva. História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial (HOESGM). Tomo 7.

José Alfio Piason. História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial (HOESGM). Tomo 3. Entrevistado em 2 de maio de 2001.

João Ferreira Albuquerque. História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial (HOESGM). Entrevistado em 28 de março de 2000.

José Conrado de Souza. História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial (HOESGM). Tomo 7. Entrevistado em

Oswaldo Matuk. História Ora do Exército na Segunda Guerra Mundial (HOESGM) Tomo 3. Entrevista realizada em 23/05/2000.

Oudinot Willadino. História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial (HOESGM). Tomo

Paulo Nunes da Silva. História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial (HOESGM). Tomo 7. Entrevistado em 8 de junho de 2000.

Raimundo de Castro Sobrinho. História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial (HOESGM). Tomo 2.

## Referências

- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. Masculino/Masculinidade (verbetes). In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio (orgs.) *Dicionário crítico de Gênero*. Dourados – MS: Ed. UFGD, 2015, p 489-495.
- BBC Brasil. BBC resgata vozes e sambas esquecidos dos soldados brasileiros na 2ª Guerra. Recuperado de: <https://entretenimento.r7.com/musica/bbc-resgata-vozes-e-sambas-esquecidos-dos-soldados-brasileiros-na-2-quer-05102019>
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 11ª ed. Trad. Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BRASIL. Lei 4.375 – Lei do Serviço Militar. DOU, 1964.
- CARVALHO, Murilo José de. *Forças Armadas e Políticas no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005, p. 15-23.
- CASTRO, Celso. *Exército e Nação, estudo sobre a história do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora: FGV, 2012.
- CHAVES, Eduardo dos Santos. “Somos guardiões da memória...”: uma coleção homenageia os “vitoriosos” de 31 de março de 1964. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v.5, n.10, jul./dez.2013. P.133-158.
- FERNANDES, Diogo; Graziela, HORODYSKI e Marcos, FILIPPIM. o uso de entrevistas narrativas na pesquisa geográfica: reflexões a partir de uma experiência teórico-empírica. Recuperado de: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Teoriaymetodo/ Metodologicos/02.pdf>
- FERRAZ, Francisco César. *Os Brasileiros e a Segunda Guerra Mundial*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- FLORES, Moacyr. *História do Rio Grande do Sul*. 7ª ed. revista ampliada. Porto Alegre: EDIPLAT, 2003.
- FREITAS, Ademar Vargas de. A Guerra acompanha a história da humanidade – entrevista com Anderson Zalewski Vargas. *Jornal da Universidade*, edição 90, agosto de 2006. Recuperado de: [https://issuu.com/jornaldauniversidade/docs/ju\\_90\\_-\\_agosto\\_2006](https://issuu.com/jornaldauniversidade/docs/ju_90_-_agosto_2006)

- GRACIA, Emerson Flores. *Masculinidades e tortura: gênero e o uso sistemático da tortura na Ditadura Civil-Militar Brasileira*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018, p. 18-27.
- LIMA, João Maria de. *Serviço Militar Obrigatório no Brasil: uma reflexão atual das práticas e representações usadas na construção da identidade militar*. Dourados, MS: UFGD, 2010.
- LIMA, Átila de Menezes. *A Geografia Histórica De Iguatu-CE: Uma Análise Da Cultura Algodoeira De 1920 A 1980*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará. Ceará, 2011, 103p.
- LEIRNER, Piero. *Mini-Manual da Hierarquia Militar: uma perspectiva antropológica*. São Carlos - SC: Col. Inde pub, 2020.
- MACHADO, Vanderlei. *Entre Apolo e Dionísio: a imprensa e a divulgação de um modelo de masculinidade urbana em Florianópolis (1889-1930)*. UFRGS, 2007. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.
- MAXIMIANO, Cesar Campiani. *Barbudos, sujos e fatigados*. Grua Livros, 2010.
- MOTTA, Aricildes de Moraes (coord. geral). *História Oral do Exército na segunda guerra mundial*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001. 8 tomos.
- NOVAIS, Fernando Antônio. O significado da "Guerra do Paraguai" na história do Brasil. MARQUES, Maria Eduarda C. (Org.). Colóquio *Guerra do Paraguai: 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.
- PEDRO, Joana Maria. As guerras na transformação das relações de gênero: entrevista com Luc Capdevila. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 13(1): 216, janeiro-abril/2005
- PESAVENTO. Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 4ª edição. Mercado Aberto. Série Revisão 1, 1985.
- THIESSE, Anne-Marie. CNRS/Paris. Tradução de Eliane Cezar. *Anos 90. Revista Do Programa De Pós-graduação Em História*. N.º 15. 2001/2002.
- UCHÔA, Waldery. *Anuário do Ceará*. Fortaleza – Ceará, v. 2. 1953/1954.

WELZER-LANG, Daniel. Os Homens e o Masculino numa Perspectiva de Relações Sociais de Sexo. In: SCHKUN, Mônica (Org.). *Masculinidades*. Santa Cruz: Boitempo/EdUnisc, 2004, p. 107-128.